

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos para adolescentes e familiares de Muriaé - MG.

Alessandra Teixeira de Paiva
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

ALESSANDRA TEIXEIRA DE PAIVA

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos para adolescentes e familiares de Muriaé - MG.

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Marcia Barroso Fontes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

Paiva, Alessandra Teixeira, 1980-
P149s Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: o
2024 alcance de seus objetivos para adolescentes e familiares de
Muriaé-MG / Alessandra Teixeira Paiva. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (82 f.): il.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Márcia Barroso Fontes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2024.

Referências bibliográficas: f. 62-65.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.093>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Serviço social com adolescentes - Muriaé (MG).
2. Adolescentes - Muriaé (MG) - Relações com a família.
3. Famílias - Aspectos psicológicos. I. Fontes, Márcia Barroso, 1966-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 362.7098151

ALESSANDRA TEIXEIRA DE PAIVA

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos para adolescentes e familiares de Muriaé - MG.

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 13 de dezembro de 2024.

Assentimento:

Alessandra Teixeira de Paiva
Autora

Marcia Barroso Fontes
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 01/03/2025 às 07:30:14 e pela orientadora em 05/03/2025 às 10:54:43. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **FGUW.OJYS.CDTD** e clique no botão 'Validar documento'.

Agradeço a Deus por estar iluminando o meu caminho e possibilitando a realização de mais um sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar iluminando o meu caminho e possibilitando a realização de mais um sonho.

A Minha Família por sempre me apoiar e acreditar em mim, especialmente ao meu Pai que partiu neste período.

Agradeço imensamente a minha orientadora, a quem aprendi admirar a cada momento desse trabalho, por me acolher, entender e não me desamparar diante dos obstáculos perpassados ao longo deste caminho.

Aos colegas que tive a oportunidade de conhecer e conviver, sou grata pelo apoio e pelas palavras.

Aos dispositivos (CRAS) do município de Muriaé, aos adolescentes, familiares e profissionais que contribuíram para a realização deste estudo.

Sou grata infinitamente por todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização do tão sonhado, sou mestre pela UFV.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

PAIVA, Alessandra Teixeira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2024. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos para adolescentes e familiares de Muriaé - MG.** Orientadora: Marcia Barroso Fontes.

O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) atende as agendas sociais do governo federal, entre elas, pode-se mencionar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que engloba o público de adolescentes. O objetivo do serviço é fortalecer as relações familiares por meio de ações que procuram maximizar a qualidade de vida dos adolescentes assistidos. Diante disso, a presente pesquisa busca compreender o trabalho ofertado pelos CRAS, averiguando o impacto na relação com a família e a comunidade dos beneficiados de 15 a 17 anos, a partir do SCFV no município de Muriaé/MG. As questões que norteiam a presente pesquisa são: de que forma os adolescentes assistidos no SCFV tem conseguido alcançar os objetivos propostos pelo programa que é fortalecer os vínculos com a sua família e comunidade? Este serviço tem alcançado o seu objetivo com este público? Será que a evasão dos jovens nos SCFV se relaciona a proposta e desenvolvimento dos programas lá desenvolvidos? Para alcançar o objetivo da pesquisa, será utilizada como estratégia metodológica uma pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e análise de conteúdo. Serão entrevistados, os adolescentes do SCFV, familiares e parte da equipe técnica do CRAS do município de Muriaé - MG. Os principais resultados da pesquisa desenvolvida apontaram que os adolescentes que frequentam os CRAS, ambos sexos, são oriundos de famílias que já frequentaram os CRAS anteriormente. Os dispositivos dos CRAS, através do SCFV são considerados pontos de apoio e referências para os adolescentes e seus familiares assistidos. As oficinas impactam de modo positivo na vida dos adolescentes, contudo, de acordo com os familiares carece de novos projetos. As equipes técnicas dos CRAS seguem as legislações do SUAS, porém os adolescentes não participam ativamente das assembleias para definir os temas a serem trabalhados nos grupos. Por fim, ficou evidente a carência de material e estudos sobre o SCFV.

Palavras-chave: adolescentes ; familiar; comunitário fortalecimento de vínculos; proteção social básica

ABSTRACT

PAIVA, Alessandra Teixeira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2024. **Coexistence and Bond Strengthening Service: achieving its objectives for adolescents and their families in Muriaé-MG.** Adviser: Marcia Barroso Fontes.

The Social Assistance Reference Center (CRAS) meets the social agendas of the federal government, among which we can mention the Service for Coexistence and Strengthening of Bonds (SCFV), which encompasses the adolescent public. The objective of the service is to strengthen family relationships through actions that seek to maximize the quality of life of the assisted adolescents. In view of this, this research seeks to understand the work offered by the CRAS, investigating the impact on the relationship with the family and community of the beneficiaries aged 15 to 17, from the SCFV in the city of Muriaé/MG. The questions that guide this research are: how have the adolescents assisted by the SCFV managed to achieve the objectives proposed by the program, which is to strengthen the bonds with their family and community? Has this service achieved its objective with this public? Is the dropout rate of young people in the SCFV related to the proposal and development of the programs developed there? To achieve the research objective, a bibliographical research, semi-structured interviews and content analysis will be used as methodological strategies. The adolescents from the SCFV, their families and part of the technical team of the CRAS in the city of Muriaé - MG will be interviewed. The main results of the research developed indicated that the adolescents who attend the CRAS, both sexes, come from families that have previously attended the CRAS. The CRAS devices, through the SCFV, are considered points of support and reference for the adolescents and their assisted families. The workshops have a positive impact on the lives of the adolescents, however, according to the family members; there is a lack of new projects. The technical teams of the CRAS follow the SUAS legislation, but the adolescents do not actively participate in the assemblies to define the themes to be worked on in the groups. Finally, the lack of material and studies on the SCFV became evident.

Keywords: teenagers; family and community; strengthening links and ; basic social protection

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Perfil dos adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	43
-------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Análise de Conteúdo
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação
CADÚNICO	Continuada
CAGED	Cadastro Único para Programas Sociais
CENTRO POP	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
	Centro de Referência Especializado para População em
CRAS	Situação de Rua
ECA	Centro de Referência em Assistência Social
FUNABEM	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Fundação do Bem-Estar do Menor
LOAS	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MG	Lei Orgânica de Assistência Social
PAIF	Minas Gerais
PE	Programa de Atenção Integral à Família
PNAS	Escolhas
SAM	Política Nacional da Assistência Social
SCFV	Serviço de Atendimento aos Menores
SUAS	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
VAI	Sistema Único de Assistência Social
	Valorização de Iniciativas Culturais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização do problema e sua justificativa.....	12
1.2 Objetivos geral e específicos	16
1.3 Hipóteses	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 Políticas sociais brasileiras.....	18
2.2 Criança e adolescente na Política de Assistência Social	22
2.3 Políticas públicas para adolescentes no Brasil.....	30
3 METODOLOGIA	35
3.1 Tipo de pesquisa	35
3.2 Local de estudo	36
3.3 População e amostra	38
3.4 Método e técnica de coleta de dados	39
3.5 Método de análise de dados.....	40
3.6 Aspectos éticos da pesquisa	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1 Perfil dos adolescentes atendidos no SCFV.....	43
4.2 Planejamento Organizacional do Setor do SCFV	45
4.3 Percepção dos adolescentes em relação ao SCFV	52
4.4 Percepção dos familiares dos adolescentes assistidos no SCFV	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	62
ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	66
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA A EQUIPE TÉCNICA	69
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA OS ADOLESCENTES	71
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA A FAMÍLIA	74
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	76
APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO	78
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	80

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é considerada uma fase do desenvolvimento fundamental na vida de todo ser humano, podendo ser também compreendida como um processo transitório para a vida adulta (Veríssimo, 2002). Essa faixa etária compõe diversas mudanças externas e internas comuns da passagem da fase infantil para adulta, o que acarreta inúmeros questionamentos, além de se intensificar as demandas diante das interações familiares e nos espaços comunitários, fazendo-se necessário programas e projetos de políticas públicas que possam apoiar tal momento.

A pesquisa desenvolvida teve como motivação a convivência e a experiência profissional com o público-alvo atendido pela Política de Assistência Social, especialmente os adolescentes que frequentavam o Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Muriaé, Minas Gerais (MG). Com a experiência acumulada em 14 anos de prestação de serviços voltados às Políticas de Saúde e Assistência Social, foi possível perceber a necessidade e a importância das medidas de fortalecimento de vínculos, enquanto estratégia de proteção social para os adolescentes.

Nesta perspectiva, surgiu o desejo de buscar novos caminhos por meio do conhecimento científico, em relação à pesquisa de campo e bibliográfica, com o intuito de elevar o conhecimento e transmiti-lo ao meio profissional das equipes técnicas que atuam com este público, visando a promoção e a ampliação do acesso ao direito, fomentando ao protagonismo dos adolescentes e aos seus familiares nos espaços da Política de Assistência Social.

É importante ressaltar que os adolescentes também têm direitos ao acesso em conviver em comunidade, em família, moradia, educação, saúde e lazer, pautados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990. Para tanto, existem políticas públicas que objetivam ofertar a proteção social para esse público nesta etapa da vida, tal como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Política de Assistência Social.

De acordo com os direitos relatados, destaca-se a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), aprovada no Brasil em 2004, que possui como objetivo garantir e efetivar a segurança aos usuários no que tange a autonomia, a acolhida e ao convívio social no âmbito familiar e comunitário. Dentre os programas sociais da

referida política, destaca-se aqueles ofertados pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), por ser considerado a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e por ter como objetivo principal precaver situações de vulnerabilidades e riscos sociais (Lisboa, 2017).

Dentro dos CRAS, são ofertados os serviços do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O PAIF complementa o trabalho social com famílias, oferecendo serviços diversos, bem como o SCFV, que busca compor a proteção social básica, com objetivo de ofertar prevenção diante da possibilidade de acontecimentos de situações de risco social, busca ainda, fortalecer os vínculos familiares e comunitários (Ferreira; Faria 2010).

O SCFV trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, e foi regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Este serviço foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013 (MDS, 2022). O SCFV é um modelo de trabalho que busca desenvolver suas atividades promovendo a prevenção e a proteção diante das situações de fragilidades que podem acarretar prejuízos nas vivências do seio familiar e na relação destas com a comunidade.

Portanto, no SCFV os participantes integram grupos conforme a sua faixa etária e as especificidades do atual ciclo de vida. Por exemplo, para os adolescentes de 15 a 17 anos, os grupos geralmente ofertam reflexões que buscam contribuir no sentido de uma melhora na convivência destes jovens com os seus familiares e também com a sociedade. Outro fator também mencionado na legislação é sobre o suporte aos adolescentes ao acesso ao retorno ou permanência deste público na escola, assim como a preparação e orientações para a realidade do mercado de trabalho (MDS, 2022. p.29).

Tendo em vista os pontos mencionados, o interesse em investigar o público dos adolescentes entre 15 e 17 anos surgiu mediante a observação e relatos acerca da diminuição dos adolescentes nos grupos do SCFV na faixa-etária de 15 a 17 anos.

Esse fator difere dos grupos entre 12 e 13 anos em que os adolescentes são frequentes e em maior número. Na medida em que o público adolescente tem deixado os espaços e serviços destinados especialmente a eles, pode-se questionar

como o referido serviço tem sido ofertado e se o mesmo vem cumprindo com a sua proposta no município de Muriaé, MG.

Diante do exposto, a presente pesquisa buscou contribuir para o conhecimento acerca da realidade dos adolescentes inseridos no SCFV, com reflexões sobre a política pública desenvolvida para eles, identificando o alcance em termos dos objetivos propostos e da contribuição no bem-estar e na relação destes com a família e a comunidade que participa de tal política. Além disso, este estudo visou colaborar para o enriquecimento do acervo científico relacionado à temática investigada, bem como alcançar os profissionais maximizando a compreensão dos mesmos quanto às diferentes interfaces da referida política, ampliando possibilidades de novas discussões e debates.

1.1 Contextualização do problema e sua justificativa

O histórico da proteção integral e da constituição da perspectiva das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos é considerado recente no Brasil. As medidas protetivas desse público até meados da década de 80 foram marcadas por ações coercitivas para as famílias pobres, no que tange aos cuidados dos chamados “menores”. A proteção dada pelo Estado seguia linhas de institucionalização e repressão, atuando contra a chamada “vagabundagem”. Contudo, cabe salientar que eram medidas claramente destinadas às famílias pobres brasileiras.

Esse quadro se altera após a Constituição Federal de 1988 e com o apoio do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, que junto ao movimento pela redemocratização do país, levantaram a pauta da demanda de proteção integral à infância e à juventude. É a partir deste marco que acontece a compreensão em relação as crianças e adolescentes e os seus direitos, reconhecendo assim, que eles necessitam de apoio e proteção social, estes devem ser respaldado em uma legislação ao qual inclui a participação da família, do estado e da sociedade civil.

Dentre as medidas de proteção à criança e ao adolescente, encontra-se a doutrina da Proteção Integral, que se faz por meio da articulação de diferentes políticas, programas e serviços de atendimento infanto-juvenil e familiar e, em conjunto, promovem o Sistema de Garantia de Direitos nos moldes previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como pela Constituição Federal

de 1988. Cabe mencionar também que foi após o processo de redemocratização que a Proteção Social brasileira avançou, traçando a Seguridade Social, instituída sobre o tripé da Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Para o presente estudo, teve-se como interesse a interlocução entre a proteção integral às crianças e adolescentes e a Política de Assistência.

A Assistência Social é uma medida de Proteção Social, de cunho não contributivo. A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) foi aprovada no Brasil em 2004 e constitui as bases do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para Castro, Aquino e Andrade (2009), a PNAS também definiu como sua responsabilidade efetuar as seguranças em relação ao rendimento, autonomia, acolhida e convívio social, seja ele familiar ou comunitário. Essas seguranças então, passam a ser organizadas através do SUAS, que preconiza a oferta de programas, desenvolvendo vários modelos de projetos e benefícios, através da proteção social básica, especial e de alta complexidade.

Uma das medidas da Proteção Social Básica é ofertada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Estes dois serviços ao qual são ofertados dentro do CRAS, atendem famílias, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência; contudo o SCFV oferta grupos direcionados especificamente para faixas etárias, como crianças, adolescentes e idosos.

O trabalho ofertado nos grupos acontece a partir de um planejamento coletivo e também a colaboração dos demais profissionais, como o técnico de referência, os orientadores sociais, os oficinairos e os usuários do dispositivo.

Os grupos desenvolvem um trabalho em percursos progressivos, aonde acontecem relatos de vivências, trocas de experiências, orientações, informações, que buscam valorizar a identidade pessoal e coletiva deste público. Os trabalhos nos grupos buscam também incentivar e ampliar a possibilidade de conexões de apoio e de proteção a família daquele território, buscam ainda incentivar a inclusão destes integrantes nas construções a partir dos diálogos e agendas públicas de interesse e demandas da comunidade.

O SCFV é ofertado mediando os grupos por faixa-etária e, cada grupo, traz seus objetivos gerais e os específicos. Durante a presente pesquisa, buscou-se

compreender os objetivos específicos do grupo direcionado aos adolescentes de 15 a 17 anos de idade. Dentre estes objetivos destacam-se:

- complementar as ações da família e da comunidade na proteção e desenvolvimento de adolescentes para o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades e propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social;
- estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno;
- possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direitos de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas; e
- contribuir para a inserção, a reinserção e a permanência dos adolescentes no sistema educacional.

Diante disso, acredita-se na relevância deste serviço no decorrer da vida dos adolescentes, pois, conforme Erik, Xavier e Nunes (2015, p. 20) no período que transcorre a adolescência o indivíduo atinge alguns pilares de crescimento, como por exemplo o crescimento fisiológico, a maturidade mental e também a responsabilidade social. Os autores afirmam ainda que, esses pilares irão preparar os jovens para superar momentos como a crise de identidade.

Neste sentido, o referido serviço oferta a prevenção de riscos sociais e o reconhecimento das especificidades decorrentes desta faixa etária, assim como suporte para as vivências deste processo de transição.

No entanto, apesar da importância do SCFV, tem-se observado um processo de evasão de adolescentes nas atividades promovidas pelos grupos, sobretudo na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, como pode ser visto no local em que foi desenvolvido o presente estudo. Nota-se uma maior participação de crianças e

adolescentes nos grupos de 0 a 06 anos, de 06 a 14 anos e nos grupos de idosos acima de 60 anos, em detrimento do grupo de adolescentes. Além disso, esse esvaziamento do público adolescente nas unidades de proteção social básica não é notado somente no SCFV, uma vez que se percebe uma baixa adesão do público de 15 a 17 anos nas oficinas ofertadas pelo CRAS de forma geral. Assim, essa baixa participação do público jovem no referido serviço, compromete a continuidade do trabalho, podendo ser um entrave para a efetivação dos objetivos propostos.

Ainda sobre a evasão dos adolescentes no SCFV nos grupos dos CRAS de Muriaé, observa-se que muitos tem se envolvido em situações conflituosas e experimentado substâncias psicoativas cada vez mais cedo e, neste cenário, emergem conflitos sociais dentro do território e da família, elucidando assim o enfraquecimento e as divergências no convívio comunitário, o que repercute nos espaços da PNAS.

Ressalta-se que estes pontos problematizados acima, envolvendo o público adolescente, pode ser observado pelos genitores e/ou responsáveis das unidades do CRAS. Dentre os relatos existentes, registram-se inúmeros conflitos familiares apontados pelos pais, nos atendimentos individuais e em grupos no PAIF. A fase da adolescência acarreta drásticas mudanças comportamentais que são comuns desta fase, mas que ocasiona certo estranhamento entre pais e filhos, podendo vir a constituir vulnerabilidades e fragilidades no seio familiar.

Neste contexto, faz-se necessário a importância das pesquisas e reflexões sobre esse espaço comunitário assim como reforçar o papel do Estado enquanto apoiador das políticas públicas. Mito (2020) afirma que o Estado, através de suas políticas sociais, pode ser considerado um agente provedor, possibilitando as famílias alcançarem autonomia em relação ao convívio intrínseco a instituição familiar e também ao território. Por isso, o Estado pode ser considerado um dos principais agentes que, através da garantia de direitos sociais, pode promover o mínimo social e deveria ser o principal agente responsável pelo bem-estar social.

Mediante o exposto, o estudo buscou analisar as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) voltados para os adolescentes de Muriaé/MG, que são assistidos nos CRAS-Santa Terezinha, Aeroporto e do Distrito de Vermelho. As questões que nortearam a presente pesquisa foram: de que forma os adolescentes assistidos no SCFV têm conseguido alcançar os objetivos

propostos pelo programa, tendo em vista o fortalecimento da convivência familiar e comunitária? Este serviço tem alcançado o seu objetivo com este público? Será que a evasão dos jovens nos SCFV está relacionada à proposta e desenvolvimento dos programas desenvolvidos no referido CRAS?

É importante salientar ainda que o tema a ser explorado atualmente apresenta uma grande lacuna, o que indica a demanda emergencial de avaliações do referido serviço, para que se torne possível pensar em avanços nas propostas e reformulações dos ciclos de políticas públicas.

1.2 Objetivos geral e específicos

O objetivo geral desta dissertação busca analisar os trabalhos desenvolvidos nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertado nos CRAS do Município de Muriaé, MG, examinando o seu impacto no convívio familiar e comunitário dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade.

De forma específica, pretende-se:

- identificar o perfil dos adolescentes atendidos no SCFV;
- verificar o planejamento organizacional estabelecido no SCFV enquanto práticas de trabalho com os adolescentes atendidos, identificando os motivos dos esvaziamentos;
- averiguar a percepção dos adolescentes e familiares atendidos no SCFV acerca do alcance dos projetos desenvolvidos, considerando os objetivos propostos e suas implicações que visam fortalecer a convivência familiar e comunitária.

1.3 Hipóteses

- Os projetos desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Muriaé, MG melhoram o vínculo dos adolescentes com a família e a comunidade.

- Poucos adolescentes frequentam o SCFV no município de Muriaé, MG, pois, há pouco investimento e participação dos adolescentes na formulação deste serviço.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Políticas sociais brasileiras

Na perspectiva de Behring (2003), pode-se afirmar que a Política Social é um assunto difícil, porém é amplamente discutido na esfera das ciências sociais, especialmente na ciência política e na economia política, além de sempre estar enraizada nos questionamentos entre o capitalismo e o que se pode fazer com os indivíduos pobres e, de modo especial, no papel que o Estado exerce.

A emergência dos direitos sociais foi demarcada no Brasil a partir do trabalho dos imigrantes europeus, que no século XVIII se instalaram no Brasil fugindo das guerras, e foram aos poucos substituindo a mão-de-obra escravizada. A partir das ideias europeias que surgiram as primeiras demandas por atendimentos na área social no Brasil (Couto, 2010).

Para que se possa pensar nos direitos sociais, na política de assistência social e a relação desta política com as famílias que as utilizam, cabe conhecer o cenário do Brasil e sua trajetória, no que refere aos direitos civis, políticos e sociais, anteriores aos anos de 1988, em que foi publicada a Constituição Federal.

Nesse sentido, Vieira (1995) e Berenice Couto (2010) afirmam que, em relação ao formato das políticas sociais desse período, ela trazia um modo de compreender como os direitos eram encarados, o que se podia entender é que as medidas eram tomadas em prol de ofertar um modelo de “controle politicamente”, o que assim contribuía para manter a comunidade sob a guarda dos instrumentos burocráticos e técnicos do governo. Outro fator também é que o modo de compreender e conceder os direitos aos “merecedores” era diante do entendimento do governo.

Portanto fica subentendido que, no Brasil até meados dos anos de 1930, o desenvolvimento dos direitos sociais e da assistência social era concretizado por meio do setor privado, tendo forte influência da filantropia e movimentos sociais, sendo que muitos eram de cunho religioso.

Com as palavras de Pereira (2006) o período anterior a 1930 foi considerado como “período laissez-fariano” tendo um padrão de economia agroexportadora e um modelo político sem planejamento social. Outro ponto é que o Estado não cumpria o

papel de agente regulador da área social, por isso não regulava o processo de previsão social. As demandas individuais eram atendidas pelo mercado, e a iniciativa privada não mercantil dava respostas tópicas aos que reclamavam da pobreza e a polícia que, controlava repressivamente as questões sociais emergentes.

As décadas de 1980 a 1990 também foram importantes no que tange ao direito social, a autora Couto (2010) afirmou que, esses períodos foram paradigmáticos e paradoxais na direção de uma nova configuração para o cenário político, econômico e social Brasileiro. Para autora citada este fator foi de extrema importância para os direitos sociais e a assistência social.

Finalmente, com a Constituição Federal de 1988, Fritzem, Moser e Pezzo (2015) afirmaram que a assistência social foi se distanciando da lógica assistencialista, sendo nomeada como política social de direitos, juntamente a saúde e a previdência social.

Pereira (2006) corrobora com essa discussão ao afirmar que, “a partir dos movimentos e mobilizações realizados pela sociedade, as agendas das reformas institucionais evidenciaram as políticas sociais, o que contribuiu com a promulgação da Constituição Federal de 1988”.

A partir disso, a reformulação formal do sistema de proteção social agrupou valores e critérios como a inovação semântica, conceitual e política. A mesma autora contribuiu afirmando que, “outro grande destaque é pensar sobre os direitos sociais, a seguridade social, a universalização, a equidade, a descentralização política administrativa, o controle democrático e os mínimos sociais, que passaram a ser considerados como ferramentas norteadoras de constituição de um novo padrão de política social e a ser adotado no país” (Pereira, 2006).

Neste percurso, dentre os avanços, pode-se destacar em 1993, a lei 8.742, Lei orgânica de assistência social (LOAS). Sobre a referida legislação, Berenice Couto (2010) transcreve que:

Essa regulação pode ser considerada tardia e avaliada, no mínimo, sob dois prismas. O primeiro é o preconceito com a área, a falta de densidade política e de debate conceitual que alimentassem as decisões sobre a mesma e o segundo pode ser creditado à rearticulação das forças conservadoras no País (Couto, 2010, p. 171).

Os pontos mencionados pela referida autora são evidenciados na rotina diária das pessoas que são usuárias da política de assistência social atualmente.

Neste percurso, é importante destacar, dentre os direitos respaldados pela LOAS o Artigo 1º que é basilar para o respaldo dos usuários destas políticas, que transcreve a importância da assistência social, como um direito do usuário e dever do Estado. Através do artigo fica evidente ainda que assistência social pode ser nomeada como uma Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, concretizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993).

Estes fatos estão relacionados a história de lutas travadas para o reconhecimento de uma legislação que esteja direcionada a conceder direitos as famílias assistidas através desta política de assistência social e não ofertar condições a quem mais necessitar.

Pereira (2006) respalda esse pensamento dizendo que, no campo da Assistência Social, o que a Constituição Federal de 1988 tem em destaque em relação as demais é poder encapar um projeto capaz de transformar em direito o que antes era enxergado como um favor e assim possibilitar o reconhecimento das pessoas menos amparadas como dignos ou sujeitos de direitos.

E, finalmente, em 2003, com a fundação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, iniciou-se o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 2004 aconteceu a promulgação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que estabelece as diferentes seguranças a serem afiançadas pela política de renda, de convívio familiar e comunitário e de acolhimento, além de definir também as bases quanto à gestão, serviços, controle e financiamento da política de assistência, organizada enquanto um sistema (Cadernos de textos, 2017).

Com a implantação do SUAS, em 2004, tem-se como objetivo uma nova percepção de proteção, constituída por níveis de complexidade, objetivando equipamentos próprios, serviços e composições de equipes interdisciplinares direcionando os atendimentos em níveis de complexidade.

Porém, mesmo com os avanços significativos ao pensar o papel do Estado frente ao que foi proposto pelas LOAS, posteriormente pelo SUAS e PNAS, fica evidente a dificuldade do cumprimento das obrigações, garantindo às famílias os seus direitos.

Couto (2010, p.164) confirma esse cenário, revelando que, apesar dos avanços, a assistência social sempre foi uma área entendida como “ameaçadora” na relação entre Estado e sociedade civil no Brasil. Pode-se dizer ainda que, conceitos como “assistencialismo” e “clientelismo” têm sido nomeados como características de uma sociedade conservadora que, por muito tempo, nomeou a situação da pobreza sendo uma particularidade individual de uma classe que não se empenharam para superá-la.

De acordo com os conceitos mencionados, é importante destacar que o SUAS deveria ser uma política universal e descentralizada ao invés de um modelo de política com critérios e condicionalidades direcionados ao perfil de um modelo familiar com as mínimas condições de sobrevivência e tendo que se enquadrar no perfil de “pobreza” para receber um benefício.

Em relação a família e esse modelo de proteção social, é importante pensar nas implicações diretas nas camadas da sociedade, nas condições de pobreza e vulnerabilidade da população. Neste sentido, é pertinente pensar que o Estado pode, através da política social, tanto produzir vulnerabilidade como superá-las.

A partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do artigo 226 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que transcreve; “família base da sociedade, tem especial proteção do estado” fica evidente a importância da família no contexto da vida social, assim como a necessidade do reconhecimento da mesma. (CF,1988).

Neste contexto, pode-se citar como exemplo no campo da política de assistência Social, a matricialidade sociofamiliar, que pode ser abrangida a partir das diretrizes constituídas pela PNAS para o território nacional, com a nomeação pela “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (Brasil, 2004, p.33). Portanto percebe-se que a matricialidade sócio familiar passa a ter papel de evidência no âmbito da Política Nacional de Assistência social (PNAS).

A centralidade da família e a superação da focalização na Assistência social baseiam-se no pressuposto de que a família deveria ter condições de garantir cuidados, prevenir e proteger os seus membros. No entanto, para que a família consiga ocupar esse espaço, ela necessita de políticas públicas que realmente promovam a sua emancipação, ofertando assim condições para sua autonomia.

Embora haja respaldo e entendimento que a família é uma instituição de grande valor na vida social, sendo esta digna de ser protegida pelo Estado, ressalta-se que esse fator é muito discutido, considerando que estudo sobre as realidades vivenciadas pelas famílias e profissionais tem evidenciado cada vez mais a desproteção das famílias brasileiras. Deste modo, fica evidente que as reconfigurações dos espaços públicos, no que diz respeito aos direitos sociais garantidos pelo Estado de um lado e, por outro, dos constrangimentos resultantes da crise econômica do mundo do trabalho, acarretaram modificações essenciais na esfera privada, dando novos significados a instituição familiar, em relação a sua organização e o seu papel (Brasil, 2004).

2.2 Criança e adolescente na Política de Assistência Social

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) faz parte de uma das medidas de proteção integral que o Estado propicia às crianças e adolescentes. Para compreender a vinculação e a importância do referido serviço, faz-se importante uma breve análise sócio-histórica da constituição da doutrina da proteção integral e da concepção de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos.

Historicamente, no país, ainda é nova a sugestão de proteção integral à criança e ao adolescente, sendo instituída posteriormente a Constituição Federal de 1988 e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Anteriormente, os primeiros marcos que o país carregava em termos de proteção, se deram com a chamada “Roda dos Expostos”, em que segundo Rizzini (1997), através do modelo europeu, eram destinadas as crianças abandonadas, garantindo o anonimato dos genitores.

Dentro do contexto do Brasil Império, marcado pela escravatura, criou-se a distinção entre as crianças brancas, filhas da elite oligárquica, e os “menores”, filhos dos escravos e de negros alforriados ou com condição socioeconômica não favorecida. Mesmo após a Lei do Ventre Livre e a abolição da escravatura não foram criadas políticas de amparo aos ex-escravos e muito menos para os seus filhos libertos. Antes, ao contrário, Castelo, Ribeiro e Rocamora(2020) pontuam que

coexistia no mesmo espaço ainda o trabalho escravo e o trabalho assalariado de maneira lenta.

Perez e Passone (2010) apontam que as crianças eram tratadas com um teor elevado de violência, desde os tempos em que os jesuítas buscavam catequizar os indígenas, na segregação às crianças negras no período escravocrata e no período imperial com a Roda dos Expostos. Ainda segundo os autores, foi somente na passagem do século XIX, na transição do imperialismo para a República, que o Estado assumiu a “causa” sobre a infância, tida como “marginalizada”. A intervenção estatal teve como marco o movimento higienista no Brasil, que passa a questionar a Roda dos Expostos.

Perez e Passone (2010) afirmaram que o movimento dos higienistas foi o grande marco econômico no país, com o processo de industrialização. Desta forma, precisava-se ajustar à população tipicamente agrária ao novo modelo político e econômico, e as crianças também passavam por essa necessidade de mudança.

Rizzini (1997, p. 24) aponta que neste período há um novo entendimento sobre a infância enquanto uma parcela da população que precisava de proteção. Nas palavras da autora, neste contexto, “a criança deixou de ser apenas um objeto de interesse, ao qual era preocupação exclusivamente das famílias e igreja, tornando-se uma questão social, de competência administrativa do Estado”.

De acordo com Perez e Passone (2010), o marco do período imperial era a preocupação com as crianças órfãs através do recolhimento das mesmas, com o apoio da filantropia e da Igreja. Já em 1890, surge o Primeiro Código Penal, onde as crianças eram julgadas sobre o paradigma da educação punitiva.

Segundo Perez e Passone (2010) e Rizzini (2006), ainda sobre os pressupostos do movimento higienista, na passagem do século XIX para o XX, o Estado agrupou o discurso da “salvação da criança”, apontando que a infância deveria ser objeto da ação pública, além de tratar sobre a punição das famílias em relação aos cuidados com as crianças infratoras. Contudo, os autores pontuaram que essa ação pública era mais no sentido da proteção ao progresso instalado no país do que proteção à criança de fato.

Foi por meio da proposta da ação estatal de salvação da criança, com o amparo médico e jurídico, que após o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, se pensou em uma legislação própria para o julgamento das crianças,

separado dos adultos. Desse modo, em 1927 promulgou-se o chamado Código de Menores.

O referido código era a junção da medida higienista de proteção ao indivíduo e à sociedade e o modelo jurista repressivo e moralista sobre a infância (Perez; Passone, 2010).

Se, por um lado, previa o acompanhamento da saúde das crianças e das nutrizes por meio da inspeção médica e da higiene, por outro, intervinha no abandono físico e moral das crianças, retirando o pátrio poder dos pais; internando os abandonados socialmente e repreendendo e instituindo a liberdade vigiada aos jovens autores de infração penal. No âmbito do reconhecimento jurídico, uma das mais importantes contribuições dessa legislação foi referida no Capítulo 9 que discorre sobre a regulamentação do trabalho infanto-juvenil, proibindo que se empregasse crianças com menos de 12 anos de idade e fixando, para os jovens menores de 18 anos, jornada de trabalho de no máximo seis horas diárias (Perez; Passone, 2010, p. 655).

Juntamente ao movimento de industrialização no país, ampliou-se as expressões da “questão social” e cresceu o estigma dos “menores desvalidos” com um claro viés de criminalização da pobreza. O termo “menor”, segundo Rizzini (2011), foi reforçado no Código de Menores. Ainda para a autora, o referido código tinha como princípios a proteção, assistência e repressão no trato aos “menores”, orientado pela ideologia da criminalização da infância pobre brasileira. As ações do Código de Menores eram direcionadas para o recolhimento de crianças que se encontravam “perambulando” pelas ruas, bem como àquelas que não estavam recebendo os “devidos cuidados” pelas famílias. Estas crianças, ao serem recolhidas eram direcionadas à centros de internação.

Com a ascensão de Getúlio Vargas, que marca o autoritarismo populista no Brasil, instaurou-se o Serviço de Atendimento aos Menores (SAM) em 1941. Segundo Perez e Passone (2010), o SAM era um órgão subordinado ao Ministério da Justiça e ao Juizado de Menores. Também neste período, foi instituído o Conselho Nacional de Serviço Social, que ainda nas palavras dos autores “incumbiria designar serviços públicos de acolhimento à população em condições de pobreza e miserabilidade” (Perez; Passone, 2010, p. 656).

Perez e Passone (2010) acrescentam que estas medidas marcaram o assistencialismo estatal e privado, vinculado ao paternalismo e políticas públicas centralizadas, aprofundadas em práticas repressivas e higienistas, em que se privilegia a internação como principal instrumento de proteção à infância.

As autoras apontam que o período de 1945 a 1964 foi um período marcado por avanços democráticos na história do Brasil de forma geral, assim como na proteção à infância, por exemplo, houve avanços no investimento do Estado Brasileiro na educação infantil, a proibição do trabalho para menores de 14 anos, a criação do Instituto de Adoção, entre outros. Além disso, esse período teve como marco as ações assistencialistas, repressivas e higienistas, mas também um caráter participativo e comunitário, devido ao processo de desenvolvimento das agências internacionais.

Em 1948, com o 9º Congresso Panamericano da Criança, aumentou-se a discussão em relação aos direitos do “menor”, e a Organização das Nações Unidas passa a entender as crianças como sujeitos de direitos, conforme análise de Perez e Passone (2010) acerca do contexto internacional. Diante desse cenário, se iniciam os questionamentos sobre os serviços e atendimentos do SAM no Brasil.

No início da década de 60, após o fomento das agências internacionais, como por exemplo, os Fundos das Nações Unidas e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação criam-se centros recreativos e a comunidade passa a participar destes movimentos, tornando-se um mecanismo de desenvolvimento social e comunitário (Perez; Passone, (2010).

Esse processo entra em certo colapso com a Ditadura Militar instaurada no Brasil em 1964. Neste período, estabeleceu-se a Política Nacional de Bem-Estar ao Menor e criou-se, então, a Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem), extinguindo o SAM. Assim, pode-se dizer que o Golpe Militar desarticula o movimento que apoiava um modelo de acolhimento e atendimento que fosse menos opressor aos “menores” (Perez; Passone, 2010).

Segundo Rizzini (2011), no ano de 1979o Código de Menores de Mello Mattos foi revogado, dando lugar ao novo Código de Menores, com a princípio da situação desigual. A autora afirma que este novo código manteve o tratamento de crianças e adolescentes pobres como infratores, porém passam então a rotulá-los como sujeitos de “situação irregular”.

Mesmo diante dos avanços no entendimento da criança e adolescente enquanto sujeitos de direitos pelas agências internacionais, o Brasil, na era ditatorial, manteve a repressão e a distinção entre crianças e “menores”, segundo Rizzini (2011), esta distinção era clara na separação das crianças cujas famílias possuíam

maior poder aquisitivo e, em contrapartida, o termo “menores” era utilizado para as crianças pobres.

Com o avanço do autoritarismo no país, associado à crise social e econômica que refletia sobre a população, juntamente ao crescimento das organizações de diversos setores da sociedade, culminou no desmonte do regime militar. A partir da década de 80, as organizações que buscavam a liberdade e a democracia, levaram à redemocratização do Estado Brasileiro, que resultou na Constituição Federal de 1988, resgatando a perspectiva dos sujeitos de direitos.

No que tange aos direitos das crianças e adolescentes, a Constituição de 1988 redefiniu, nos artigos 227, 228 e 229, a posição e a representação da criança na sociedade, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e objeto de proteção integral. E, para tal, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, substituindo o Código de Menores de 1979 e seu caráter repressivo. A partir de então, instaurou-se legalmente a substituição da perspectiva de “situação irregular” pela proteção integral, bem como eliminou o termo “menor”.

Assim, a criança e o adolescente passam a ser compreendidos enquanto sujeitos de direitos, necessitando ser protegidos pela família, Estado e sociedade civil. Segundo a referida legislação, através do seu 2º artigo, fica definido que se considera crianças àquelas cujas idades está entre 0 e 12 anos incompletos; e adolescentes entre 12 e 17 anos (ECA, 1990).

O ECA preconiza em seus primeiros artigos:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990. art. 3).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990. art. 4).

Perez e Passone (2010) pontuam que o ECA não só expressa os direitos das crianças e adolescentes, os deveres de assegurar os seus direitos por parte da família, do estado e da sociedade, mas também norteia a política de atendimento por meio de quatro linhas de ação:

- a. as políticas sociais básicas de caráter universal, como saúde, educação, alimentação, moradia, etc. (art. 87, item I);
- b. as políticas e programas de assistência social (art. 87, item II), de caráter supletivo, para aqueles de que delas necessitem;
- c. as políticas de proteção, que representam serviços especiais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso e opressão (art. 87, item III); os serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos (art. 87, IV);
- d. as políticas de garantias de direitos, que representam as entidades e os aparatos jurídicos e sociais de proteção dos direitos individuais e coletivos da infância e juventude (art. 87, item V) (Perez; Passone, 2010, p. 666).

É notável que a Política de Assistência Social está vinculada a Proteção Integral à Criança e ao Adolescente e, assim como houve um desenvolvimento do entendimento da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos, o mesmo ocorreu com a assistência social. Observou-se que historicamente no Brasil, a assistência foi desenvolvida com base na filantropia e no voluntariado, somente alcançando o patamar de direito social com a Constituição Federal de 1988.

Em 2004, instituiu-se o tripé da Seguridade Social, sendo ele composto pelas políticas de saúde, assistência e previdência. A Assistência Social é uma medida de Proteção Social, de cunho não contributivo. A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) foi aprovada no Brasil em 2004 e constitui as bases do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essa política objetiva garantir e efetivar segurança aos usuários no que tange a autonomia, a acolhida e ao convívio social no seio familiar e comunitário.

Em 1993 publica-se a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dá subsídios para que em 2004 fosse elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que norteia as diretrizes do SUAS e que foi implementada em 2005, após a publicação da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS).

A PNAS tem como proposta a garantia de segurança, em que se destaca a segurança à acolhida, ao convívio familiar e comunitário, à autonomia, à sobrevivência/renda e, por fim, a segurança de reconhecimento da cidadania. Essas seguranças passam a ser organizadas por meio do SUAS, que preconiza e organiza o fornecimento de programas, serviços, projetos e benefícios.

Segundo Castro, Aquino e Andrade (2009), a PNAS também definiu como sua responsabilidade efetuar as seguranças em relação ao rendimento, autonomia, de acolhida e convívio social, seja familiar ou comunitário.

O SUAS permitiu a entrada nas medidas de Proteção Social, sendo estas a Proteção Social básica, de média complexidade e de alta complexidade. A proteção social básica tem como finalidade ofertar apoio às famílias na ampliação da proteção social, visando promover o acesso aos direitos, alcançando qualidade de vida para esse público. Esse modelo de serviço busca atender ao conjunto da população em circunstância de vulnerabilidade, incluindo pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outras demandas pertinentes.

A medida da Proteção Social Básica é oferecida através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Estes dois serviços foram implantados, majoritariamente, dentro dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Já a média complexidade compreende aqueles serviços e programas que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, e cujos vínculos familiares e comunitários estejam rompidos. Já a alta complexidade refere-se aos serviços que garantem proteção integral (moradia, alimentação e higienização) para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Ao se considerar a Política de Assistência Social enquanto um dos mecanismos de geração da Proteção Integral à criança e ao Adolescente, ressalta-se a importância dos programas sociais do SUAS, em especial o CRAS, por ser compreendido como a porta de entrada do SUAS. Este tem como objetivo, prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais no território, buscando propiciar um suporte às famílias que dele necessitar (Lisboa, 2017).

O CRAS oferta através de sua equipe técnica o PAIF e o SCFV, sendo estes considerados serviços que visam prevenir riscos sociais, promovendo a garantia de convívio familiar e comunitário. Estes serviços são regulamentados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), que foi reordenada em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013 (MDS, 2016).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foi criado em 2015, desenvolvendo a organização de grupos por faixa-etárias, respeitando os ciclos de vida da sociedade. Ele tem como finalidade prevenir e proteger os usuários

vulneráveis, assim como garantir o vínculo familiar, convívio comunitário e colaborar para o regresso ou a continuação dos adolescentes na escola, por meio da realização de atividades que estimulem os adolescentes a conviver socialmente, assim como enfatizar a construção de sua participação cidadã e orientações gerais para o mercado de trabalho.

O SCFV é ofertado aos usuários das seguintes faixas etárias: crianças até 06 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos, adultos de 30 a 59 anos e pessoas idosas. Ressalta-se que o serviço é para todas as pessoas que tiverem necessidade, principalmente aos usuários descritos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS no 109/2009) e citados na Resolução CNAS nº1, de 21 de fevereiro de 2013.

A proposta é que os grupos possuam no máximo 30 pessoas e que sejam conduzidos por um orientador social (ou educador social), esse agente é o profissional responsável pela condução e intermediação dos grupos deste serviço. As orientações técnicas apontam que o mesmo deve ser ofertado com periodicidade regular, a fim de fomentar o convívio familiar e comunitário.

Segundo Rodrigues, Guareschi e Cruz (2013),

As ações que enfatizam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tais como o SCFV, parte do pressuposto de que os vínculos já se encontram fragilizados e necessitam, portanto, de intervenção, “permitindo que as famílias possam sair da zona de vulnerabilidade social na qual são caracterizadas (Rodrigues; Guareschi; Cruz, 2013, p.13).

Desta forma, as autoras afirmam que o SCFV é fundamental para o rompimento de situações de vulnerabilidade diante da fragilidade do elo social.

Também no Caderno de Orientações Básicas deste serviço, ressalta-se a necessidade de manter o caráter preventivo e proativo, que antecipa-se às situações de desproteção familiar. Neste sentido, os grupos devem visar e promover momentos que oportunizem o valor, o reconhecimento, a produção entre os adolescentes, a capacidade de escolher e tomar decisões sobre os aspectos de suas vidas. Deve ainda enfatizar momentos de diálogos para o enfrentamento e a resolução de conflitos e divergências e que esses adolescentes possam refletir sobre seus limites e possibilidades diante das vivências diárias nos diversos contextos familiares, escolas e comunidades.

Ainda segundo as orientações técnicas para o desenvolvimento do SCFV, os encontros dos grupos devem instituir chances para que os usuários vivenciem os conhecimentos mencionados, o que pode ser concretizado a partir das atividades propostas nas oficinas, rodas de conversas, palestras e eventos. Contudo cabe destacar, que as oficinas, bem como as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não compõem o SCFV, mas são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento do percurso, os temas transversais e os objetivos a serem alcançados.

Esses serviços são concretizados por uma rede de atores públicos (integrantes da rede socioassistencial) que materializam ofertas socioeducativas, lúdicas e socioculturais, que atendem às diferentes necessidades de convivência, próprias a cada momento do ciclo de vida. Através dos grupos, busca-se então desenvolver as potencialidades bem como estimular o desenvolvimento de habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã. Portanto, esse serviço é destinado a trazer a reflexão e construção da trajetória de vida de adolescentes e jovens.

2.3 Políticas públicas para adolescentes no Brasil

Como anteriormente apresentado, a Política de Assistência Social faz parte da rede de Proteção Integral à criança e ao adolescente. Vale ressaltar que ainda são poucas as políticas e os programas a nível nacional que são destinados à criança e ao adolescente, mas é importante que todos os existentes no Brasil possam trabalhar de maneira articulada e complementar, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sobre esse fator, Silva e Lopes (2009) também afirmam que poucas são as políticas públicas destinadas ao público adolescente/juvenil. Segundo a autora, as maiorias dos projetos destinados aos adolescentes se encontram fora do âmbito estatal, por meio de diversos projetos sociais desenvolvidos pela iniciativa privada ou terceiro setor. Nas palavras da autora, “nota-se pouca articulação entre os serviços existentes ou nas ações que buscam efetivar. Além disso, as ações existentes se tornam insuficientes, inadequadas ou ineficazes para atender esta população” (Silva; Lopes, 2009, p. 94)

Os projetos ou programas estatais para o público adolescente majoritariamente são pontuais e financeiramente voláteis. Contudo, tem-se nas principais políticas sociais brasileiras, atendimento e alcance para o público adolescente, por exemplo, destaca-se as políticas de Assistência Social, a Política de Saúde e a Política Nacional de Educação. A política de saúde e de educação confere a universalidade ao acesso aos serviços públicos para o público adolescente.

Estas políticas atuam de maneira articulada com a Política de Assistência Social (PNAS), tendo como exemplo, o Programa Bolsa Família, que coloca enquanto condicionalidades a vacinação e a garantia nutricional das crianças, além da frequência escolar para as crianças e adolescentes. Ou seja, dentro da perspectiva da proteção integral, as políticas de assistência, saúde e educação atuam de maneira articulada, visando a garantia de direitos e de bem-estar para o público adolescente.

Com intuito de investigar a realidade da atuação dessas políticas, alguns autores trouxeram diversas discussões. Carvalho (2021) através da pesquisa sobre “políticas narrativas” entrevistou 14 profissionais atuantes em bairros periféricos da Zona Sul do Município de São Paulo, com o objetivo de compreender por meio dos relatos dos entrevistados, o acesso aos programas e políticas do Estado pela juventude em conflito com a lei e moradores de periferias, no local que a pesquisa foi realizada. Como resultado, o pesquisador concluiu que havia uma ambiguidade com parte do Estado no cenário investigado, pois, notou-se a insuficiência e a não aplicação em políticas de prevenção e socioassistenciais, assim como a produção de um mecanismo de medidas punitivas para transgressão. O ponto positivo que o autor ressaltou foi o envolvimento dos jovens atendidos e suas famílias com os profissionais, criando laços afetivos, contribuindo para a relação de ambos os envolvidos nesse processo (Carvalho, 2021).

Na pesquisa de Silva, Alberto e Costa (2020), por meio de entrevista com 10 jovens, em uma cidade do estado da Paraíba, com análise de conteúdo temática, as autoras concluíram que os jovens pesquisados acessam as políticas sociais, como de saúde, educação e assistência social. Contudo, estas políticas sociais não se demonstraram como instrumentos eficazes para proteção e garantia de direitos dos

beneficiados, pois, não permitiram a anulação com os caminhos percorridos por eles (Silva; Alberto; Costa, 2020).

Philbinet *al.* (2023) investigou políticas públicas voltadas para saúde e bem-estar de jovens de minorias sexuais e de gênero (SGMY) que contribuíram para o projeto de vida dos pesquisados. As autoras realizaram 68 entrevistas qualitativas com SGMY, sendo 30 jovens da cidade de Nova York e 38 participantes que viviam em comunidades interessadas da US. Os resultados encontrados levaram as pesquisadoras há três caminhos: educação, com inclusão educacional; habitação/sem-abrigo, com regulamentos as moradias, diminuindo os casos de instabilidade habitacional e emprego, com empregabilidade de pessoas do SGMY e diminuição do desemprego por esse grupo.

No estudo etnográfico de Raposo e Aderaldo (2019), os autores investigaram jovens da camada popular de Lisboa (Portugal) e São Paulo (Brasil), os quais foram beneficiários dos programas sociais, respectivamente, “Escolhas” (PE) e “Valorização de Iniciativas Culturais” (VAI). O objetivo era debater os dois modelos voltados para o mesmo público, porém, em contextos diferentes. A conclusão dos autores é que essas políticas sociais controlam o tempo livre dos pesquisados, pois se tornaram como um tipo de “moeda”, que é utilizado pelos jovens constantemente. O ponto negativo para os participantes é que os mesmos ignoram as capacidades que possuem de refletir, se tornando alienados aos efeitos nas suas práticas do dia a dia, assim como descuidam do poder público e as intenções mais empreendedoras, que anseia em ampliar políticas verdadeiramente capazes de excitar métodos de liberdade, auto governamental e auto-suficiente. Ou seja, as trajetórias de vida dos jovens participantes desses programas sociais são impactadas de forma que os beneficiados dependem da assistência social no cotidiano.

Para se compreender então a importância do fortalecimento de vínculos dos adolescentes, faz-se necessário uma análise do desenvolvimento dos mesmos, buscando elucidar a importância das políticas públicas que fomentem os vínculos dos adolescentes com a família e a comunidade, tal como é definido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Política de Assistência Social no país.

O desenvolvimento humano possui um marcador cronológico que acompanha o sujeito em todas as etapas de sua vida, sendo cada fase de extrema importância,

abrangendo uma amplitude de desafios e demandas correspondentes a tal momento. Dessa forma, é interessante pensar a juventude e seus processos de desenvolvimento, considerando os marcos genéticos e psicossocial.

Renomados autores como Urie Bronfenbrenner (1979), psicólogo americano, trouxe grandes contribuições sobre o desenvolvimento humano. Urie caracterizou o desenvolvimento humano sendo o resultado entre a interação dos diversos sistemas que o compõem. O autor entende que a qualidade relacional estabelecida entre essa interação, serão fatores que irão influenciar o percurso do desenvolvimento humano.

Diante disso, cabe mencionar as contribuições de Veríssimo (2002) com base na teoria de Erik Erikson, psicanalista que se dedicou aos estudos sobre a crise do Ego nos problemas da identidade, investigando as influências da cultura no desenvolvimento das crianças. O referido autor trouxe grandes contribuições sobre a adolescência, destacando esse período como etapa fundamental na vida do ser humano.

Nesse mesmo sentido, os pensamentos de Erik, Xavier e Nunes (2015), em sua obra *Psicologia do Desenvolvimento*, afirmam que a dinâmica do desenvolvimento proposta pelo psicanalista traz uma idéia de que, “o período da adolescência é caracterizado por momentos de crescimentos fisiológico, assim como amadurecimento mental e o início de responsabilidade social. É que nesse processo também acontece importantes escolhas como a profissional e também os relacionamentos mais duradouros e a definição de sua singularidade”.

Pensando nesse contexto, com as palavras de Pereira e Horst (2016):

No que diz respeito ao processo de ser jovem, pode afirmar que esta etapa corresponde a um período da vida em que o ser se encontra na fase de transição ao mundo adulto. Sua vida cotidiana é repleta de novidades, de sonhos, de perspectivas de um futuro a ser conquistado (Pereira; Horst, 2016, p. 61).

Ainda no que tange ao processo de desenvolvimento humano e evolução, Pochmann (2007) afirma que ao longo do ciclo da vida humana, a juventude tem sido identificada como uma fase etária intermediária, de transição para a vida adulta. Transição essa que torna relevante pensar o processo do desenvolvimento humano e suas implicações.

Nesta fase, torna-se comum fatores relacionados as escolhas e experimentos nas diversas esferas da vida, tais ações podem comprometer a identidade deste indivíduo. Pontua-se ainda que o contexto histórico e cultural em que os

adolescentes vivenciam suas experiências, inseridos em uma sociedade dinâmica, a qual permeia suas vivências e significações, representam um conjunto de transformações que geram um impacto em toda a vida do sujeito. Dentro dessa discussão, é fundamental tratar sobre o assunto da estrutura basilar que compõem o adolescente e seu desenvolvimento, que é a concepção de família. Segundo Mito (2020),

em uma visão construída no marco da teoria social crítica, está fundamentada no entendimento que a família é parte intrínseca do conjunto das relações sociais e é penetrada pelas contradições que caracterizam tais relações, dessa forma, locus privilegiados das expressões da questão social (Mito, 2020, p. 27).

Neste sentido, torna-se necessário pensar em políticas públicas voltadas para a reflexão e elaboração deste momento da vida. Além disso, cabe dizer que a família, as instituições, os grupos de jovens, os movimentos sociais etc., podem desempenhar um papel importante para a formação dos adolescentes, contribuindo para que possam fazer boas escolhas que culminarão na vida adulta. “É nesse período que o trabalho e a educação são excepcionais para os futuros desígnios na vida do jovem” (Pereira; Horst, 2016. p.61).

Diante do exposto, nota-se o quanto se faz necessário o suporte familiar e social através de políticas públicas para que os jovens consigam elaborar esse momento, possibilitando a reflexão “pensar sobre” e assim acontecer à elaboração subjetivas dentro do que é possível diante de seus desejos, projetos de vida e realidade social. Nesta perspectiva, destaca-se as diversidades presentes em torno deste público, como acesso a moradia, educação, saúde, lazer e convívio social. Esses direitos estão pautados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desse modo, os adolescentes são sujeitos portadores de direitos.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa foi referenciada metodologicamente com a abordagem qualitativa e por meio de uma análise descritiva exploratória. O modelo de pesquisa escolhido justifica-se ao seu objetivo, que é averiguar as hipóteses e responder as perguntas que orientam a investigação.

Portanto, trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, pois buscou fazer o levantamento de dados acerca do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários proporcionado pelos projetos desenvolvidos no SCFV, bem como explorá-los e compreendê-los. O referido modelo de estudo tem como meta proporcionar maior familiaridade com o problema e auxiliar na maior descrição das características de determinada população ou fenômeno. Com isso, obteve-se a possibilidade de uma maior apreensão do objeto investigado (Gil, 2008).

A expressão "pesquisa qualitativa" possui diferentes significados na área das ciências sociais. Segundo Van Maanen (1979), esta metodologia de pesquisa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar um sistema complexo de significados. Além disso, possui por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social e reduzir a distância

entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (Van Maanen, 1979).

A pesquisa de cunho qualitativo, diferente da quantitativa que visa quantificar dados e fatos numéricos, buscam além de envolver a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e relações sociais, compreender os fenômenos na perspectiva dos sujeitos (Godoy, 1995). Desse modo, a abordagem qualitativa contribui para a resolução de problemas sociais, bem como a pesquisa exploratória é definida como o ponto de partida da investigação, em que permite que o pesquisador se aproxime das questões que serão discutidas na pesquisa.

3.2 Local de estudo

O local de estudo escolhido para desenvolver a pesquisa foi a cidade de Muriaé/Mg. O município pertence à Zona da Mata Mineira, é considerado referência nos trabalhos realizados com famílias, por meio da Política de Assistência Social. Considera-se que o município de Muriaé oferta serviços de assistência social de maneira coerente com a Política Nacional e o SUAS, abrangendo boa parte da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o município possui 104.108 habitantes com densidade demográfica de 123,69 hab/km². Sendo assim, Muriaé ocupa a categoria de município de Grande Porte¹ como base de análise a classificação dos municípios pelo porte populacional segundo a Política Nacional de Assistência Social de 2004 (IBGE, 2022).

A economia do município é considerada como forte no crescimento comercial e industrial. O polo de maior destaque se concentra no setor terciário e na indústria, que movimenta a maior parte dos serviços destinados à emprego e renda no município. Segundo estimativas e em comparação com demais municípios, Muriaé possui um centro comercial bem desenvolvido, além de possuir um amplo desenvolvimento do setor industrial, com destaque para o ramo da moda. Atualmente, Muriaé é conhecido como o 4^º maior polo têxtil de Minas Gerais. Outras

¹Segundo a Política Nacional de Assistência Social, considera-se município de Pequeno Porte I aquele cuja população seja de até 20 mil habitantes; de Pequeno Porte II de 20.001 até 50.000 habitantes; de Médio Porte de 50.001 até 100.000 habitantes; de Grande Porte de 100.001 a 900.000 habitantes e de Metrôpole o município cuja população ultrapassa os 900 mil habitantes.

indústrias, como as de produção de alimentos, bebidas e montagem de veículos, completam o parque industrial muriaeense. Na agropecuária destacam-se a criação de bovinos (principalmente, gado de leite), galináceos, suínos e a produção de cana-de-açúcar, arroz e banana.

Segundo dados do IBGE (2021), o salário médio mensal da população do referido município era de 1.8 salários-mínimos. A extensão de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25.0%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 29.3% da população nessas condições.

O município de Muriaé registrou o melhor saldo de criação de empregos em janeiro de 2021, segundo informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sendo considerado o melhor índice das cidades da Zona da Mata e Campos das Vertentes. De acordo com o Ministério da Economia, foram criadas 721 contratações e 508 demissões, o que representa a abertura de 213 postos de trabalho.

No entanto, mesmo diante da elevação dos postos de trabalho formal no município, ainda se registra um elevado índice de pobreza, segundo os dados contidos no Cadastro Único, que apontam no mês de junho de 2023 um total de 19.972 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sendo que, destas, 6.980 receberam o Bolsa Família. Ou seja, encontra-se no município um total de 17.647 pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, sendo assistidas de alguma maneira pela Política de Assistência Social.

Conforme a PNAS, atualmente existem 08 unidades de Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em Muriaé, os quais são responsáveis pela oferta de trabalhos com as famílias por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV). O município também conta com uma unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que possui o serviço direcionado às pessoas em situação de rompimento de vínculos familiares e comunitários e pessoas cujos direitos sociais foram violados.

Recentemente, também foi implantado o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Além disso, existe dentro da Política de Assistência Social do município também a Casa da Mulher, unidade

destinada ao acolhimento de mulheres e seus dependentes em caso de violência doméstica; a Casa Acolhedora para as pessoas que estão de passagem por Muriaé, aguardando para retornarem para seus municípios; a República para adultos de 18 a 59 anos completos; a Instituição de Acolhimento para crianças e adolescentes de 0 à 17 anos completos e o Centro Dia para pessoas com deficiência, que ocorre em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

O foco dessa investigação foi direcionado aos serviços desenvolvidos no SCFV, ofertado pelos CRAS aos adolescentes de 15 a 17 anos, beneficiados moradores do município de Muriaé, com ênfase na atenção para o fortalecimento de vínculos com a família e a comunidade dos usuários do referido serviço. Desta forma, a pesquisa foi desenvolvida nos CRAS dos bairros Aeroporto, Santa Terezinha e no Distrito de Vermelho, tendo em vista que até o presente momento esses dispositivos são os únicos a contarem com adolescentes participando dos grupos do SCFV.

Os dispositivos ficam localizados nos próprios bairros, sendo que o CRAS Aeroporto e Santa Terezinha atendem outros bairros e o CRAS do Vermelho atende o Distrito. Até a presente data, cada CRAS referencia mais de 5000 (cinco mil) famílias. As equipes dos CRAS são compostas por Coordenador, Assistentes Sociais, Psicólogos, Orientador Social, Oficineiros, Técnicos de nível médio e Auxiliar de serviços gerais. Estes equipamentos, além dos trabalhos desenvolvidos com o PAIF e SCFV, oferecem oficinas, tais como capoeira, dança, taekwondo, música e percussão.

As atividades desenvolvidas no SCFV seguem temas transversais referentes a datas comemorativas, como por exemplo, o mês de maio, período em que se realiza a campanha contra o abuso sexual infantil, sendo desenvolvidas atividades com os adolescentes sobre esta temática. Através destas campanhas e temáticas de datas comemorativas, são trabalhadas a prevenção de riscos sociais, a aceitação das diferenças, entre outros objetivos, visando fortalecer vínculos com a família e a comunidade.

3.3 População e amostra

Tendo em vista a análise do fortalecimento do vínculo familiar e comunitário do público adolescente do SCFV, elegeu-se a delimitação da instituição que

contempla o serviço de atendimento aos adolescentes no SCFV dos CRAS dos bairros do Aeroporto, Santa Terezinha e do Distrito do Vermelho de Muriaé. Nesse sentido, a população alvo deste estudo foi o Psicólogo e Coordenador do SCFV, a Orientadora Social que conduz o grupo de adolescentes do referido programa, os adolescentes que são atendidos por este serviço e seus respectivos pais ou responsáveis.

Para delimitar a amostra dos profissionais selecionou-se 03 profissionais que estavam diretamente ligados ao SCFV no CRAS, Santa Terezinha, Aeroporto e Vermelho e que possuíam maior vínculo com os adolescentes a serem entrevistados. Estes profissionais participaram do processo de seleção dos adolescentes que fariam parte do grupo até o desenvolvimento das atividades com este público.

Atualmente, no grupo de adolescentes do SCFV do CRAS-Santa Terezinha tem-se uma média de 06 (seis) adolescentes referenciados, com as idades entre 15 e 17 anos, no CRAS- Aeroporto 05 (cinco) participantes com idades entre 15 e 16 anos e no CRAS Vermelho apenas 01 adolescente de 15 anos, esses dados propiciaram um estudo pertinente aos objetivos da referida pesquisa. O critério de idade justifica-se por ser a faixa etária com menor índice de participação nos programas, projetos e serviços ofertados na Proteção Social Básica no município de Muriaé e por ser uma idade de formação e criação de valores e cidadania.

3.4 Método e técnica de coleta de dados

Inicialmente o estudo foi realizado a partir do conhecimento técnico e prático vivenciado pela autora ao longo dos anos dedicado como técnica de referência do SCFV, exercendo a função frente aos grupos dos adolescentes atendidos no CRAS. Contou-se também com o aprendizado científico durante as disciplinas ofertadas ao longo desta pós-graduação.

Além disso, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre a temática proposta, investigando os aspectos relacionados a assistência social, a proteção social básica, o fortalecimento de vínculos e a adolescência. Para tanto, foram consultados livros e base de dados como *Web Of Scientific*, *Scopus* e *Scielo*, em busca de artigos que trabalhem a temática do presente estudo.

A etapa seguinte do processo de coleta de dados compreendeu o contato da pesquisadora com a Secretária de Assistência Social do município de Muriaé, posteriormente foi realizado contato com o subsecretário de assistência e assinatura do termo liberando realizar a realização da pesquisa nos dispositivos e posteriormente foi agendado um encontro presencial com os coordenadores e com os responsáveis do SCFV do CRAS para apresentação do termo de liberação, apresentação da idealização da pesquisa e o início das entrevistas.

Após o percurso acima, foram realizadas primeiramente as entrevistas com o Coordenador do SCFV (psicólogo) e o Orientador Social que conduz as atividades do grupo de adolescentes (Apêndice A). Logo após, foram entrevistados os adolescentes do SCFV do CRAS - Santa Terezinha, Aeroporto e Distrito de Vermelho (Apêndice B) e os seus respectivos familiares (Apêndice C).

As entrevistas da equipe técnica, dos adolescentes e dos familiares, foram previamente testadas e possuem a tipologia semiestruturada por pauta. Neste momento, objetivou-se ouvir os usuários do referido serviço, a fim de compreender quais as vantagens e desvantagens dos projetos acerca do vínculo com suas respectivas famílias e com a comunidade. Pretendeu-se realizar as entrevistas na própria sede dos CRAS, em que o entrevistador foi guiado por pontos de interesse, com perguntas diretas, mas deixando o entrevistado falar livremente sobre o assunto em pauta. No ato das entrevistas foi utilizado como instrumento de registro um gravador com anuência prévia do seu uso, para que posteriormente fosse realizada a transcrição das mesmas, permitindo a futura análise dos dados.

3.5 Método de análise de dados

Após a transcrição das entrevistas e a tabulação dos dados coletados, foi realizada a análise de conteúdo. A escolha da análise de conteúdo (AC) para interpretar os dados está pautada nos pensamentos de Bardin (2016), em que a autora afirma que a interpretação dos dados coletados é uma etapa essencial de qualquer projeto de pesquisa, sendo este o papel fundamental da análise de conteúdo.

Ainda segundo a autora, esse método de análise pode ser definido como uma ferramenta que através de um conjunto de instrumentos metodológicos, podem ser aplicados em vários discursos. Para tanto, Bardin (2016) determina que as possíveis

aplicações da análise de conteúdo enquanto um procedimento de categorias, possibilita a classificação das mensagens através dos componentes categorizados e separados por “gavetas” ou temas. Através da linguística, a análise de conteúdo busca identificar o que está entre linhas em relação ao significado das palavras. Desta forma, através deste método, objetiva-se a compreensão das mensagens com intuito de aprovar os indicadores que permitam inferir sobre uma realidade que não a da mensagem propriamente dita.

Para que a análise de conteúdo seja realizada, após a transcrição das entrevistas deve ser feita a pré-análise do material, em que ocorrerá uma leitura flutuante, sendo possível criar hipóteses conforme o objetivo da pesquisa. Após a realização desta primeira leitura, Bardin (2016) recomenda a escolha de um índice organizado em indicadores. É nesta fase inicial da pré-análise que se elabora os indicadores que nortearão a interpretação final das entrevistas.

Posteriormente, tem-se a fase da exploração do material (no caso, as entrevistas). Nesta fase os dados são codificados, ou seja, serão transformados sistematicamente e agregados. Para Bardin (2016), é no processo de codificação que se desenvolve as unidades de registro, podendo ser um tema, uma palavra ou uma frase. A categorização na análise de conteúdo é como classes que agrupam elementos com características comuns.

Por fim, a última fase que se refere ao tratamento dos dados pode ser realizada por meio da inferência, que poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor” (Bardin, 2016, p. 165). Ainda segundo a referida autora, a inferência é uma técnica de tratamento de resultados orientada por pólos de comunicação, em que são estudados o conteúdo e o significado das mensagens a quem ela se destina, entre outros. Ressalta-se que o pesquisador deve sempre retomar o seu referencial teórico, procurando embasar as análises de maneira crítica e dando sentido às interpretações.

Diante disso, foi possível realizar um estudo sistemático e qualitativo das entrevistas realizadas, gerando um relatório ou resultado final em resposta aos objetivos propostos pela pesquisa.

3.6 Aspectos éticos da pesquisa

Levando em conta os aspectos éticos da pesquisa, o presente trabalho seguiu todas as normas da resolução n. 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que determina o respeito à autonomia dos sujeitos, a beneficência, a não maleficência e a justiça (Brasil, 2012), assim como a aprovação prévia do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP/UFV, 2016)(Anexo 1).

Todos os sujeitos que participaram do estudo foram informados sobre a pesquisa, e depois de lido o termo de consentimento livre e esclarecido para os responsáveis, os mesmos, mediante a concordância, assinaram o documento, cientes de que poderiam desistir a qualquer momento (Apêndices D, E e F).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa do trabalho foram apresentados e discutidos os resultados coletados durante a pesquisa. Foram analisadas as narrativas de 07 adolescentes, 03 familiares e a equipe técnica dos serviços, sendo 01 psicólogo e 01 facilitador de oficinas, que tiveram seus depoimentos gravados em áudio com suas respectivas autorizações.

Para uma melhor organização dos roteiros de entrevistas, estes participantes foram classificados em categorias descritas a seguir: **CRAS 01**(Aeroporto),dois adolescentes, dois familiares e um psicólogo, totalizando cinco participantes; **CRAS02**(Vermelho),um adolescente, sua genitora e um orientador social, sendo três participantes; **CRAS** Santa-Terezinha, quatro adolescentes participaram. No total foram realizadas 12 entrevistas, entre adolescentes, familiares e equipe técnica. Para preservar a identidade dos integrantes da pesquisa, em suas referências textuais foram utilizadas somente as iniciais dos nomes.

4.1 Perfil dos adolescentes atendidos no SCFV

Como pode ser visto no Quadro 1, o estudo identificou a participação de adolescentes do sexo masculino e feminino, prevalecendo o sexo feminino. A maioria dos adolescentes entrevistados tinha em média 15 anos, apenas um adolescente tinha 16 anos e outro tinha 17 anos. Durante a entrevista eles afirmaram estar estudando, sendo que apenas um deles encontrava-se fora da escola. Relataram residir com a genitora e os irmãos e apenas um adolescente residia com mãe, pai e irmãos. A maioria dos adolescentes não relataram convívio com os pais, prevalecendo o convívio com a mãe e em alguns casos com as avós maternas.

Quadro 1– Perfil dos adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Identificação/cor/raça	Sexo e Idade	Escolaridade	Configuração Familiar
KP. Branca	F. 15 Anos	Ensino médio	Mãe, vó, vó e irmãos
ES. Branca	F. 16 Anos	Ensino médio	Mãe, irmãos
KI. Preta	F. 16 Anos	Ensino médio	Mãe, irmãos
MA. Preta	M. 15 Anos	Ensino médio	Mãe, irmãos, padrasto
IP. Branca	M. 15 Anos	Ensino médio	Mãe, irmãos
NS Preta	F. 17 Anos	Ensino médio	Mãe, irmão
RS Branca	M. 15 Anos	Ensino fundamental	Mãe, irmãos, padrasto

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Este contexto reforça a hipótese de que as mulheres estão assumindo esse espaço de cuidado integral da família e que ao longo dos anos a família vai se transformando e a diversidade está cada vez mais presente na organização familiar. Faveró (2020) afirma que parecem incontestáveis a diversidade das famílias nas formas de convivência.

Vale dizer que a atuação paterna é de grande importância na vida dos filhos, pois, significa a presença ativa do pai em assumir papéis e responsabilidades, proporcionando cuidados físicos, emocionais e educacionais aos filhos. Essa participação pode ser dimensionada pelos níveis de envolvimento, os quais se manifestam em interações diárias, como brincar, alimentar, vestir, educar, cuidar da saúde e acompanhar atividades escolares e o desenvolvimento dos adolescentes. Além disso, o envolvimento paterno também abarca a presença emocional, o apoio e a valorização dos filhos, contribuindo para o seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

Os adolescentes relataram frequentar o CRAS desde criança, afirmando usufruir do serviço há pelo menos 10 anos. Além deles, as genitoras também afirmaram que tiveram esse envolvimento nas atividades do CRAS ao longo de suas vidas, o que pode ser visto na fala de uma das genitoras entrevistadas: “(...) porque eu também já participei do CRAS, na época era pró-criança. Eu já fiquei aqui, eu sou cria daqui” (C.A., 2024).

Deste modo, cabe refletir a realidade encontrada neste contexto e o suporte oferecido pelo CRAS e o SCFV, assim como a representação deste dispositivo dentro da comunidade para as famílias assistidas. De acordo com Aguiar (2006), a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) foi aprovada em 2004 e constitui as bases do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como objetivo garantir e efetivar segurança aos usuários no que tange a autonomia, acolhida, convívio social no âmbito familiar e comunitário.

Na visão dos profissionais entrevistados, o perfil dos adolescentes assistidos nos CRAS é pautado em um público com fragilidades e vulnerabilidades sociais, que enfrentam cotidianamente risco social, situação de extrema pobreza, estigmas e deficiências cognitivas. Pelas palavras da psicóloga entrevistada e do orientador social, respectivamente, conclui-se esse fato:

Hoje, 2024, aqui no CRAS Aeroporto o perfil dos adolescentes que a gente identifica, são adolescentes que vivem em situação de muita vulnerabilidade e de extrema pobreza. Adolescentes que são muitas das vezes marginalizados, estigmatizados demais, que sofrem muitas situações de preconceitos, muito deles também tem alguma questão cognitiva, alguma limitação, a gente tem muito adolescentes nesse perfil aqui no Cras (T. R., 2024).

Então, na verdade, são adolescentes que tem o risco de vulnerabilidade muito grande, o contexto que a gente vive aqui na comunidade hoje é isso né (D.O, 2024).

Respaldando as afirmativas mencionadas acima, a resolução nº1, de 21 de Fevereiro de 2013, traz em seu art. 2º que o SCFV é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.

Neste sentido, entende-se que SCFV é um serviço de caráter preventivo, protetivo e proativo diante das situações de vulnerabilidades e riscos sociais que

possam resultar em rompimento dos vínculos familiares e comunitários. É através do mesmo que se busca materializar as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, objetivando estimular o desenvolvimento de autonomia, realizando um trabalho para a aquisição de competências pessoais e relacionais (MDS,2022).

Ao descrever o perfil dos adolescentes assistidos pelos CRAS, foi possível identificar a importância de políticas públicas direcionadas a este público e que os locais que participaram da pesquisa realmente ofertam o serviço para um público que preenchem os critérios das resoluções e normativas sobre estes serviços. Este fator aponta para a importância dos investimentos e das pesquisas de campo que apresentem a realidade, reforçando a demanda das políticas sociais brasileiras, assim como sua carência e o quanto se torna grave a sua ausência.

4.2 Planejamento Organizacional do Setor do SCFV

Com o intuito de entender o planejamento organizacional do SCFV, foram elaboradas perguntas que tratassem sobre o desenvolvimento das atividades nos dispositivos, CRAS - Aeroporto, CRAS -Vermelho e CRAS -Santa Terezinha. Assim, participaram das entrevistas uma psicóloga, 28 anos, que atua como técnica de referência do CRAS Aeroporto há 02 anos; um orientador social, residente do distrito de Vermelho, que possui ensino médio completo e trabalha no CRAS do distrito de Vermelho há 06 anos, estando na função de orientador social há 03 meses, e os adolescentes dos respectivos dispositivos, sendo um total de sete adolescentes.

Para os profissionais da equipe técnica, psicólogo e orientador social, as perguntas buscaram dados para entender como acontecem a inserção dos adolescentes no SCFV, como são desenvolvidas as atividades com os adolescentes e quais são os desafios e resultados obtidos. Já com os adolescentes as perguntas foram direcionadas aos temas trabalhados nos grupos e a autonomia e participação deles nas escolhas dos temas trabalhados.

As referidas perguntas das entrevistas foram baseadas no caderno de orientações dos serviços do PAIF e SCFV. De acordo com o caderno de orientações, o planejamento das atividades deve observar os eixos da convivência social, direito de ser e participação social. A partir disso, podem ser realizadas atividades de esporte, lazer, arte e cultura, estudos, reflexões, debates, experimentações, visitas a equipamentos institucionais públicos ou privados do

território (ou fora dele) e ações na comunidade (MDS, 2016). Considerando esses pontos e em relação ao desenvolvimento das atividades nos dispositivos, o orientador social e a psicóloga trouxeram a organização de forma semelhante e que vai ao encontro das orientações técnicas do SCFV.

Assim como descrito no caderno de orientações, os profissionais entrevistados (psicólogo e orientador social) falaram sobre a diversidade de oficinas que acontecem nos CRAS, por exemplo, oficinas de percussão, de música, de educação física, de capoeira e artes. Além disso, relataram também sobre o comprometimento dos profissionais.

Eles ofertam as oficinas de acordo com que eles veem que os adolescentes vão aderindo mais. Eles utilizam das esportivas deles que sejam na capoeira, na percussão, fazendo as atividades que competem a isso, mas de acordo com que eles conseguem que os adolescentes conseguem participar ou que tenham interesse, porque quando eles não têm interesse, eles acabam não executando/aderindo as oficinas (Psicóloga T. R., 2024).

Então, o SCFV, hoje ele é dividido em oficinas cada dia da semana existe uma oficina, uma ou duas, educação física, temos a dança, temos a capoeira, temos o taekwondo, *temos* a música. Os adolescentes são participativos, gostam de estar ali (Orientador social D.M., 2024).

Os profissionais deixaram evidente que as oficinas precisam fazer sentido para os adolescentes, porém eles relataram também que às vezes é importante trazer novidades para ampliar o campo de opções destes jovens.

E tem que fazer sentido para eles, já que isso aqui é para eles, então a gente se atenta a fazer dinâmicas, fazer um planejamento de atividades que seja do perfil que eles estão acostumados, mas também, a gente tenta ofertar o novo para eles terem acesso a isso também, ter como opção. Mas sempre aquilo que faz sentido (Psicóloga T. R., 2024).

Além das oficinas, os profissionais afirmaram a importância das refeições, dos benefícios, dos vínculos familiares com o dispositivo, do trabalho em rede, dentre outros fatores, para a participação dos adolescentes no serviço.

No SCFV, alguns vêm porque conhece o projeto, algum familiar já ficou aqui no serviço, então eles entendem que é algo benéfico para esse familiar e acabam querendo se inscrever também. Outros já chegaram também, porque vem de demandas para a gente de encaminhamentos de outro órgão, no setor da rede. Encaminha uma situação familiar e a gente identifica dentro desse seio familiar, membros que estão na faixa-etária que dá para inserir no Serviço de convivência, então como o Serviço de Convivência é um braço da proteção básica, nesse acompanhamento com famílias, a gente acaba ofertando o Serviço de Convivência para esse novo familiar que a gente identifica (Psicóloga T. R., 2024).

A psicóloga destacou a importância de se estender o trabalho com os adolescentes no SCFV, alcançando a família. Ela mencionou esse fator como fundamental no trabalho social, por ser um dos pilares da proteção social básica através do PAIF, uma vez que muitas vezes o problema está relacionado ao contexto familiar, o que reflete no comportamento do adolescente. Através da fala dos adolescentes foi possível orientar a família e propor intervenções, buscando solucionar problemas e prevenir situações de riscos, como negligência familiar, violência física e psicológica.

Sobre esse aspecto, as orientações técnicas do PAIF transcrevem que o atendimento, apesar de caracterizar-se como “ação imediata de prestação ou oferta de atenção”, requer planejamento e olhar atento do profissional e o uso de seus conhecimentos técnico-metodológicos. Afirma ainda que as famílias ou indivíduos que demandam uma atividade podem enfrentar outras vulnerabilidades, cuja resposta dependerá da inserção em outras ações do PAIF ou mesmo de um processo de acompanhamento familiar (MDS, 2012).

Nesta perspectiva, a profissional entrevistada afirmou que:

É uma forma da gente acompanhar mais de perto essa família. Acaba que a gente consegue acessar de formas diferentes, não só com a família, mas com esse adolescente ou com essa criança que também vai estar aqui, de forma mais detalhada, mais atenta as demandas. Às vezes a demanda vem da família, mas talvez sempre é do responsável familiar. Mas quando a gente consegue enxergar a demanda pelo olhar do adolescente, vai tá de perto aqui no Serviço, a gente consegue tá ali, prestando essa assistência para essa família de uma forma mais, precisa (Psicóloga T.R., 2024).

De acordo com o caderno de orientações do PAIF e SCFV, “para o alcance de seus objetivos, o planejamento das atividades deve ser coletivo, envolvendo os profissionais que atuam no serviço e os usuários” (MDS, 2016). Considerando a legislação e os temas trabalhados nas atividades no SCFV, bem como a escolha e organização destes, os adolescentes participantes das entrevistas afirmaram:

Ah, tia, assunto, eu não lembro não (Adolescente I. P., 2024).

Eu lembro que uma vez, nós tivemos uma roda de conversa falando sobre Bullying, aí nós tínhamos que dialogar, pensar nas coisas que nós podíamos falar para o próximo para não afetar a ele (Adolescente M.A., 2024).

Tem as coisas que nós falamos o que podemos fazer, mas a maioria é o serviço técnico (Adolescente R. N., 2024).

Já os adolescentes entrevistados no CRAS – Santa Terezinha, especificamente, afirmaram que a maioria dos temas eram escolhidos pelos professores e que em alguns momentos eles perguntavam se teria alguma atividade que eles gostariam de incluir, como pode ser visto pelo relato:

É pela equipe dos professores, aí eles passam as atividades, às vezes eles chegam em nós perguntam qual atividade que nós gostaríamos de incluir, aí eles incluem também, mas a maioria são eles sim, eles já trazem pronto (Adolescente K. P., 2024).

Por meio dos relatos, pode-se observar que a organização dos temas é variada, sendo que os adolescentes não têm uma participação ativa na construção deste planejamento, ou seja, não é prática destes dispositivos desenvolver assembleias com os adolescentes para discutir temas e ouvir sugestões. Porém, este fato não parece ser um problema para eles, como pode ser visto pela seguinte fala:

A tia chega, tipo com uma aula planejada, tipo, hoje a gente vai pintar, a gente não escolhe, porque tudo que ela traz a gente gosta, então a gente não liga muito pra isso (E., S., 2024).

Diante desta situação, cabe uma reflexão para os profissionais em relação à organização e definição dos temas. A legislação norteadora do SCFV pressupõe que as intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público (MDS, 2016). Portanto para que os adolescentes alcancem esses valores faz-se necessário a implicação deles ao processo.

A partir das entrevistas, buscou-se também o entendimento dos principais desafios e avanços obtidos dentro do planejamento das atividades e organização do SCFV. Em relação a esses questionamentos, a Psicóloga do CRAS Aeroporto afirmou que um dos avanços é poder conseguir apresentar e ofertar a oportunidade de um futuro melhor ao longo dos anos.

É a perspectiva de futuro, eles têm uma opção de enxergar o mundo ou talvez a própria vida de uma maneira diferente daqui a eles estão acostumados, que é algo cultural do território, talvez (Psicóloga T.R., 2024).

Já na perspectiva do orientador social, os avanços estão relacionados a questões sobre os valores, socialização, convívio em equipe, oportunidade em conhecer seus direitos e deveres.

Eu vejo que, o mais importante que a gente pode declarar aqui, e que além do respeito, que eles aprendem a socializar, estar em equipe, porque é uma fase de transição, é criança/ adolescente pra juventude, e que precisa apreender a socializar (Orientador social, D. M., 2024).

A vivência do orientador social revela que o SCFV tem alcançado um dos seus objetivos, que é possibilitar o convívio e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Neste contexto dos avanços, os profissionais afirmaram que a maioria dos adolescentes tem um entendimento do que se tem conquistado ou se pode conquistar, porém tem sido comum acontecer entre os adolescentes de 15/16 anos, a interrupção dos estudos e o envolvimento em situações conflituosas no território. Embora, os que frequentam o SCFV podem ter a oportunidade de enxergar a vida diferente através dos professores.

Não. Aqui eles têm a opção que muitos dos professores aqui tem academia, trabalha fora, acabam ofertando bolsas, eles vão tentar a oportunidade de viajar, participar de campeonatos, apresentações, então eles acabam se interessando por essas habilidades (Psicóloga, T, R., 2024).

Diante disso, a psicóloga afirmou que o SCFV traz avanços no sentido de ampliar a visão dos adolescentes em relação a perspectiva futura:

Percebo que isso acaba ampliando a visão deles, de si mesmo, do mundo, do eles querem para si. Fugir um pouco daquilo que é normal da família, eles acabam fugindo a estatística familiar. Isso é uma opção bem bacana (Psicóloga T.R., 2024).

Respalhando os relatos e considerando o conceito de vulnerabilidade social, Costa (2007) afirma que o conceito de vulnerabilidade social se relaciona aos riscos sociais, bem como às condições de sua ocorrência. Portanto, perpassando pelos pontos mencionados sobre os riscos sociais e amparados pelos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, torna-se relevante pensar em estratégias em relação à políticas públicas que possam intervir neste contexto de vulnerabilidade, oferecendo suporte social e oportunizando aos adolescentes vulneráveis a possibilidade de ter acesso a programas e projetos que possam contribuir para sua

percepção e reflexão sobre o mundo e que vai ao encontro dos seus desejos, anseios, possibilidades e realidade cultural.

Em se tratando dos desafios da vulnerabilidade social vivenciados pelos adolescentes, assim como os riscos sociais, os profissionais trouxeram pontos importantes como o esvaziamento dos grupos pelos adolescentes, após completarem 15 anos.

Então, o maior desafio hoje é que nós temos poucos adolescentes, pelo fato da escola, ensino integral (Orientador social do CRAS de Vermelho D. M., 2024).

O documento técnico de perguntas frequentes do SCFV do ano de 2017 transcreve que, no caso de municípios com número reduzido de usuários no SCFV, é possível realizar grupos de convivência com arranjos diversos. A oferta de atividades com participantes de diferentes idades nos grupos é uma opção viável, desde que os profissionais envolvidos tenham a habilidade de desenvolver um percurso intergeracional que atenda aos objetivos do SCFV para crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas (MDS, 2017). De acordo com a legislação, talvez essa seria uma maneira de trabalhar o esvaziamento deste público nesta faixa-etária.

Ainda em relação aos desafios, destaca-se a renda e a responsabilização centralizada na família, além da entrada precoce no mercado de trabalho, sendo considerado um ponto de dificuldade para as escolas, na visão do orientador social.

Porque, na verdade, eles querem muito, já tá trabalhando, o adolescente nessa idade eles querem estar trabalhando, às vezes eles querem sair da escola, pra poder já ir pra trabalhar mais, precisa passar pela escola (Orientador social, D.O.,2024).

Diante do contexto social, pode-se pensar que o “abandonar os estudos” e entrar para o mercado de trabalho pode estar ligado a fatores relacionado as situações de vulnerabilidades como a baixa renda. Frigotto (2004) afirma que

o trabalho precoce de crianças e jovens e a escolaridade precária ou a ausência dela são fatos que se correlacionam fortemente, mas um não explica o outro, e também não podem, linearmente, ser tomados um como solução do outro. Ambos têm sua determinação fundamentada na origem de classe. Ou seja, os jovens que têm pouca escolaridade e de péssima qualidade ou estão fora da escola acham-se nesta condição por serem filhos de trabalhadores com condições de vida precárias (Frigotto, 2004, p. 211).

Por fim, entre os desafios foi encontrado o que a profissional entrevistada denominou de “cultura de *violência*”.

Hoje, a maior dificuldade que eu tenho é romper com uma cultura de violência familiar, seja ela física, psicológica, verbal, hoje em dia a principal linguagem dos adolescentes aqui é a violência (Psicóloga T. R., 2024).

A literatura existente no Brasil é bastante clara sobre a violência entre os jovens. Novaes e Vannuchi (2004) afirmam que no Brasil o conjunto de mortes violentas constitui a primeira causa no total de mortalidade verificada na faixa-etária de 5 a 39 anos. Os autores afirmam ainda que desse segmento, as mortes ocasionadas por homicídios estão entre os jovens de 15 a 24 anos, além de possuírem maior significância relativa, vem crescendo a cada ano.

O discurso da profissional entrevistada corrobora com os pensamentos dos autores acima, ao apontar que atualmente a violência se faz presente no SCFV em Muriaé, e que este fator acaba interferindo na convivência e no fortalecimento de vínculos que é um dos objetivos do serviço.

Então essa violência, ela os acaba repetindo aqui, e isso atrapalha muito a gente conseguir de fato fazer com que eles se enxerguem assim, enquanto alguém, uma rede de apoio, família, quanto um time, um grupo. As violências de diversas formas, eles têm isso já enraizados. Isso acaba refletindo aqui, então muita das vezes a gente tem problema relacionado a violência (Psicóloga T.R., 2024).

Em relação as vivências dos profissionais diante dos seus relatos diários, em que constam avanços e também desafios, percebe-se a importância do papel dos CRAS nos territórios, considerados um dos principais dispositivos da rede de proteção básica, sendo a porta de entrada para assistir as famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de seus programas, como o SCFV.

Diante das situações presentes nestes dispositivos, comprovadas na pesquisa de campo, como a cultura da violência, o esvaziamento dos CRAS na adolescência, a entrada precoce no mercado de trabalho e o abandono dos estudos, é emergencial o fortalecimento das redes e das políticas públicas, intervindo ainda com maior potência para conseguir alcançar o diálogo com os adolescentes e o suporte para os ajudarem na conquista de novos objetivos de vida. Contudo, o que se percebe é que atualmente existem projetos dentro dos CRAS que trazem impactos positivos na vida dos adolescentes assistidos, porém os fatores de fragilidades ainda estão fortemente enraizados na comunidade.

Nota-se que ainda são frágeis o modo como se organizam o planejamento das oficinas nos dispositivos, além de se observar a ausência de assembleias para definiros temas dos encontros, compreendendo a necessidade da participação e do envolvimento dos autores pertencentes a este dispositivo para que possam sentir inserido neste processo e conseqüentemente, responsáveis pelas mudanças propostas.

4.3 Percepção dos adolescentes em relação ao SCFV

Tendo em vista a percepção dos adolescentes em relação ao SCFV foram elaboradas perguntas sobre os motivos que os levaram a frequentar o serviço, como é a trajetória deles e se eles sabem qual o objetivo do SCFV. Além disso, buscou-se entender o que eles gostam de fazer nos encontros, assim como trazer os pontos positivos e negativos do serviço.

Através das entrevistas, foi verificado, como era o contato deles com os demais integrantes dos grupos, se eles identificaram mudanças em suas rotinas após frequentar o SCFV e se eles acreditaram que o serviço pudesse contribuir positivamente em suas vidas familiar e comunitária. Além disso, buscou-se entender se eles acreditavam na importância da participação deles no SCFV para as suas famílias e comunidades. Por fim, foi questionado aos adolescentes se eles gostariam de sugerir algum tema para ser trabalhado nos grupos ou algum ponto que pudesse ser melhorado.

As questões elaboradas para as entrevistas foram fundamentadas pelos documentos norteadores do SCFV e nas hipóteses a serem analisadas neste trabalho. É importante ressaltar que o SCFV integra o conjunto de serviços do SUAS e, juntamente com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), oferece à população que vivencia vulnerabilidades sociais e relacionais, oportunidades de reflexão sobre as questões vivenciadas em seu dia a dia e estratégias para potencializar os seus ativos (MDS,2017).

Nesse sentido, considerando a adolescência como uma fase de grande relevância no desenvolvimento, vale ressaltar as palavras de Erikson, Xavier e Nunes (2015), ao afirmarem que “é na adolescência que o sujeito adquire os pré-requisitos de crescimento fisiológico, maturidade mental e responsabilidade social

que vão prepará-lo para vivenciar e superar a crise de identidade. Com isto, virão a escolha profissional, os relacionamentos mais duradouros e a definição de sua singularidade”.

É importante destacar que durante as entrevistas foi possível observar a influência dos grupos do SCFV para esta faixa-etária. Ao perguntar sobre os motivos que os levaram a frequentar o SCFV, os adolescentes trouxeram respostas justificando a adesão ao serviço, como o fato de a mãe sair para trabalhar, influência de amigos e também o interesse pelas oficinas ofertadas.

Quando era pequeno minha mãe trabalhava e eu gostava de capoeira e taekwondo, eu gostava demais, por causa disso eu vim para cá (Adolescente R. N., 2024).

Falar verdade, foi mais pelas amizades mesmo, elas falaram que aqui é muito bom e que tinha vários adolescentes, que na época tinha bastante hoje não tem mais, aí eu vim, por causa dos meus amigos que estavam aqui (Adolescente K.P., 2024).

Assim.... as oficinas e também, a minha mãe trabalhava, e a gente não podia ficar uma parte do tempo sozinha e aí, a gente vinha pra cá, aí depois ela chegava (Adolescente E.S., 2024).

Ao serem questionados sobre o objetivo do SCFV, a maioria disse não ter o conhecimento, outros falaram que entendiam como uma ajuda para as crianças não ficarem em casa sozinhas, enquanto as mães trabalhavam e outros ainda disseram que o serviço era para ajudar as pessoas em seu processo de socialização. Os pontos relatados anteriormente podem ser averiguados nas seguintes falas.

Não sei o motivo (Adolescente R.N., 2024).

Não. Eu acho que é pra, a tia não sei não (Adolescente E.S., 2024).

Não, eu acho que o objetivo é as crianças não ficarem longe dos pais, que os pais trabalham, não tem com quem deixar, aí ficam aqui no pro, aqui a gente brinca, a gente conversa (Adolescente N.S., 2024).

Pra aprender? A o que a tia fala mais aqui é esse negócio de violência aí, de adolescente (Adolescente I.P., 2024).

Diante das respostas dos adolescentes sobre o objetivo do SCFV, fica evidente a necessidade de um melhor entendimento sobre o que é o serviço de convivência. Por outro lado, é interessante observar que eles trazem a percepção de rede de apoio. A fala dos adolescentes sobre essa rede de apoio vão ao encontro dos apontamentos das legislações ao dizerem que, “crianças e adolescentes estão em processo de desenvolvimento e são alvos frágeis de inúmeras violações de

direitos. O SCFV é uma alternativa de proteção a vivências dessa natureza” (MDS, 2017). Portanto, a partir dos relatos dos adolescentes percebe-se que o serviço é um suporte para as famílias e também proteção.

Sobre o que eles gostavam de fazer nos encontros, assim como os pontos positivos e negativos, percebeu-se uma satisfação em relação as oficinas ofertadas, sendo que grande parte dos adolescentes gostavam das oficinas de esportes e artes.

Hoje eu gosto de capoeira e também e na quadra jogar futsal (Adolescente R. N., 2024).

Jogar queimada. Lá embaixo, brincar de bola, peteca (Adolescente N. S., 2024).

A percepção dos adolescentes em relação aos pontos positivos e negativos foram unânimes, por exemplo, cita-se a fala do adolescente R. N. (2024):

Acolhimento aqui é bem legal, sempre que você quiser falar com eles, vão te escutar. Eles não te tratam mal aqui. Todo dia tem uma coisa diferente aqui para você fazer. Já teve também uns meninos que implicavam demais, melhorou hoje (Adolescente R. N., 2024).

Em relação ao contato dos adolescentes com os demais integrantes dos grupos, as realidades foram diversificadas, apesar do esvaziamento dos grupos nesta faixa etária aparecer com frequência.

No dispositivo onde tinha um maior número de entrevistados, apareceram respostas relacionadas aos conflitos e regras dos grupos.

Paciência, paciência, é porque elas são muito atentadas, ai tem que ter paciência é porque aqui não pode ter agressão. A gente toma suspensão (Adolescente E. S., 2024).

Os meus amigos por estudar o dia todo tiveram que sair. Ai eu sou o mais velho, só tem eu da minha idade (Adolescente R. N., 2024).

Uma das perguntas da entrevista possibilitou averiguar a hipóteses e em relação aos projetos desenvolvidos pelo SCFV em Muriaé, MG e se esses projetos melhoravam o vínculo dos adolescentes com a família e a comunidade. Sobre esse aspecto os adolescentes relataram sobre as mudanças que eles identificaram depois de frequentarem os grupos.

Melhorou a educação, a forma de entender as coisas também (Adolescente R. N., 2024).

Bom negócio de socializar, né? Eu também sou meio tímida, só que quando eu to com os pessoal do pro, as pessoas que eu conheci, eu me solto mais (Adolescente K.P., 2024).

Tipo minha vida social, eu sou bem tímida, mais assim quando eu to com pessoal do CRAS ou algum lugar assim, eu converso com todo mundo, bastante. Mas eu era bem envergonhada, sou um pouco inda, mas me solto mais (Adolescente E.S., 2024).

Assim como mencionado anteriormente, ao realizar as entrevistas com os adolescentes, os mesmos trouxeram respostas unânimes. Assim, foi possível confirmar a hipótese de que realmente os adolescentes acreditavam que o SCFV possibilita melhorias em suas vidas.

Em relação a contribuição do SCFV em suas vivências familiares e comunitárias, os adolescentes apontaram pontos positivos, como pode ser visto pela fala:

Eu acho que é muito bem né, por causa dos traumas que eu estava passando, e muita gente aqui, faz a gente se sentir como se estivesse segunda casa, uma segunda família. Acho isso ótimo (Adolescente N.S., 2024).

Os adolescentes também disseram sobre a importância dos grupos como suporte familiar e convívio.

Eu acho que sim, pra mim e para os meus irmãos também, eles não podem ficar em casa sozinho (Adolescente R.N.,2024).

Pode. Sim. Quando alguém ta com problema chegam aqui tristes, eles chamam no canto, conversam da dica, quando é parte da família tipo há não tem muito alimento em casa. Ai eles vem junto fazem uma cesta básica e entregam, para ajudar as famílias (Adolescente M. A., 2024).

Assim como está sendo descrito pelos adolescentes entrevistados, pode-se afirmar que no âmbito da assistência social são reconhecidas múltiplas situações de vulnerabilidade, que estão associadas às necessidades objetivas e subjetivas das pessoas. As necessidades objetivas estão relacionadas à dimensão material da existência, as condições precárias de vida, a privação de renda e a privação de acesso aos serviços públicos.

Este fator foi descrito pelos adolescentes ao afirmarem que o SCFV contribui para que as crianças tenham um local seguro para ficar enquanto as mães trabalham. Já as necessidades subjetivas decorrem de experiências de violência, desvalorização, discriminação e exploração vivenciadas pelas pessoas no âmbito familiar, comunitário e social. Tais experiências levam à fragilização de seus vínculos

afetivos e de pertencimento social, o que lhes expõem a riscos individuais e sociais, ou seja, a violações de direitos (MDS,2017).

Os adolescentes acreditam também que o SCFV é importante para a população, principalmente em apoiar as famílias que precisam de auxílios para sobrevivência e suporte para as mães poderem trabalhar. Esses aspectos aparecem de modo geral na fala dos adolescentes.

Sim, bastante. Então, tem gente que é aqui do serviço, aí as mulheres vêm cá e pegam cesta básica, o serviço ajuda assim com alimento para as pessoas que não tem, não tem condição, então isso é bastante bom né (Adolescente K. I., 2024).

Acho que é ótimo, porque tem muita gente que não tem com quem deixar os filhos, muita gente que não sabe, muita criança que fica sozinha em casa enquanto a mãe está trabalhando, sendo que tem um lugar, um apoio para as crianças ficar, então eu acho que é muito importante (Adolescente N. S., 2024).

4.4 Percepção dos familiares dos adolescentes assistidos no SCFV

Com objetivo de entender a percepção dos familiares dos adolescentes que frequentam o SCFV, foi proposta uma entrevista com os representantes destes adolescentes. Ressalta-se que, por incompatibilidade de horário e por questões relacionadas a rotina das famílias e dos profissionais dos dispositivos, não foi possível entrevistar todos os familiares dos adolescentes.

As questões das entrevistas tiveram como objetivo entender se os familiares frequentavam o dispositivo no momento, como foi a inserção do adolescente no SCFV, se eles sabiam quais oficinas os filhos participavam, a motivação e como eles avaliavam o convívio do filho em casa e na comunidade após inserção no SCFV. Foi questionado também aos familiares se eles percebiam a necessidade de alguma mudança no SCFV.

As informações descritas acima justificam-se pela importância dada a participação da família nos CRAS. De acordo com o caderno de orientações técnicas (MDS,2016) é recomendado que as famílias participem das oficinas e que podem participar também outros responsáveis familiares, podendo contemplar outros membros que não desempenham essa função, de modo a torná-las mais heterogêneas e diversificar os pontos de vista sobre os temas discutidos,

enriquecendo a troca de vivências e possibilitando aos participantes o exercício de convivência, diálogo e reflexão.

Sobre esse aspecto, os familiares dos adolescentes responderam que já frequentaram ativamente e que no momento participam das oficinas e reuniões do CRAS, como pode ser observado na fala da genitora do adolescente R.N.

Só venho nas reuniões, às vezes tem alguma palestra ou oficina, aí eu venho (Genitora S.M., 2024).

Em relação a inserção dos adolescentes no SCFV, observou-se pelas falas dos familiares que eles começaram a frequentar o CRAS ainda criança, além do incentivo dos profissionais, os familiares afirmaram também que um dos objetivos fundamentais era o fato de terem que trabalhar e não ter um local para os filhos ficarem. Assim, diante desta realidade conclui-se que o CRAS representa para essas famílias um dispositivo de acolhida e rede de apoio.

Sobre as atividades ofertadas no SCFV, os familiares afirmaram que as oficinas de capoeira, taekwondo e música são grandes incentivadoras para os adolescentes, bem como os momentos de confraternização, passeios, festas e apresentações, trazendo convívio e interação social.

O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos ofertado para adolescentes de 15 a 17 anos objetiva fortalecer a convivência familiar e comunitária e contribuir para o retorno ou a permanência dos adolescentes na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulam a convivência social, a participação cidadã e orientações gerais para o mundo do trabalho (MDS,2022). Com o intuito de alcançar dados sobre esse objetivo e conhecer a realidade dos adolescentes que frequentam o serviço, foi conversado com as famílias sobre esses pontos.

Ficou evidente a contribuição do SCFV na rotina de vida familiar e social dos adolescentes. As famílias falaram da contribuição positiva em relação ao convívio dos filhos nos contextos de casa, escola e sociedade. Relataram como ponto positivo, fatores como melhora do diálogo, entendimento de regras, inserção e convívio social, assim como a referência familiar do adolescente, M., V., do Cras do Aeroporto.

Participação dela aqui é boa, ela levou isso para a vida dela, leva né, coisas que ela aprendeu aqui, ela leva pra vida dela. Até eu mesma não sei ela passa pra mim e eu acabo aprendendo. Não só eu, mas os irmãos dela

também. Todos eles freqüentam o CRAS. É ela aprendi muita coisa aqui, as meninas passam muita coisa. Psicólogo, eles ajudam a ela conversar, coisas que às vezes ela não quer falar comigo. Ela conversa com elas, ela desabafa. Tudo isso aí, então aqui é uma família. Eu falo que a hora que eu preciso, das meninas daqui é na mesma hora. Às vezes eu to com um problema lá em casa, mas eu sei que eu não vou conseguir resolver, porque e problema de adolescente, que eu faço, eu ligo pra meninas falo os meninos estão estranhos observa o comportamento deles ai pra mim. Na mesma hora elas pegam e acolhe muito bem. Nisso que elas conversam elas voltam diferente. Já volta solta e disposta a conversar comigo (Genitora C. V, 2024).

Por fim, buscou-se entender a visão dos familiares sobre o SCFV de modo geral, em que ficou evidente a satisfação dos familiares, demonstrando que o CRAS realmente tem sido um dispositivo acolhedor e de referência nos territórios.

Contudo, houve relatos sobre o desejo de ter novas oficinas, como por exemplo, um direcionamento para entrada no mercado de trabalho e alguns pontos sobre a importância do apoio em relação a alimentação e postura de alguns profissionais. Assim como pode ser observado na fala da genitora do adolescente I.C.

Assim, que eu queria melhorar se fosse por mim, assim tem vez que tem as funcionária que trabalha aqui né que são a S. outras pessoas, não to falando que ela faz isso não, as outras que já foram embora. Eu queria assim, que tem criança que vem aqui, não tem o que comer em casa, frequentando o serviço de convivência para almoçar e levar uma comidinha para casa. Ai esse tempo que meus meninos estava aqui, teve uma pessoa que falou que os meus meninos tava aqui só porá comer, e não, os meus meninos tavão fazendo o serviço de convivência (Genitora C. P., 2024).

Percebe-se no relato acima que a vulnerabilidade social realmente é presente no contexto das famílias assistidas nos CRAS do município de Muriaé, MG, e que o serviço pode ser visto com um apoio em relação aos cuidados e sobrevivência dessas famílias. Neste contexto, se faz necessário um olhar atento a políticas públicas que possibilitem aos familiares irem além da capacidade de sobreviver e que realmente elas possam ter apoio para uma verdadeira emancipação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Social é uma medida de Proteção Social, de cunho não contributivo. A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) foi aprovada no Brasil em 2004 e constitui as bases do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Através da PNAS, ficou definido como sua responsabilidade efetuar as seguranças

em relação ao rendimento, autonomia, acolhida e convívio social, seja ele familiar ou comunitário. Essas seguranças, então, passam a ser organizadas através do SUAS, que preconiza o fornecimento de programas, serviços, projetos e benefícios, através da proteção social básica, especial e de alta complexidade.

Considerando a adolescência, que foi o público de interesse desta pesquisa, destaca-se que essa fase de desenvolvimento é uma etapa fundamental na vida de todo ser humano, podendo ser também compreendida como o início da fase de transição para a vida adulta. Ou seja, essa faixa etária é composta por diversas mudanças externas e internas comuns da passagem da fase infantil para adulta, o que acarreta questionamentos pertinentes a esse período de transição. É exatamente por se constituir uma fase de transição, que se intensifica as demandas diante das interações familiares e nos espaços comunitários, fazendo-se necessário programas e projetos de políticas públicas que possam apoiar tal momento.

O histórico da proteção integral e da constituição da perspectiva das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, pode ser considerado ainda recente no Brasil. No Brasil, as medidas protetivas das crianças e adolescentes até meados da década de 80 foram marcadas por ações coercitivas para as famílias pobres, no que tange aos cuidados dos chamados “menores”. A proteção dada pelo Estado seguia linhas de institucionalização e repressão, atuando contra a chamada “vagabundagem”. Contudo, cabe salientar que eram medidas claramente destinadas às famílias pobres brasileiras.

Diante do cenário exposto, através das PNAS, um dos seus programas, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), atende as agendas sociais do governo federal, entre elas, pode-se mencionar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que engloba adolescentes. O objetivo do serviço é fortalecer as relações familiares por meio do impacto na vida cotidiana dos jovens assistidos nos dispositivos.

A pesquisa foi direcionada a analisar os trabalhos desenvolvidos nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, ofertado nos CRAS do Município de Muriaé, MG, examinando os possíveis impactos no convívio familiar e comunitário dos adolescentes de 15 a 17 anos. Ao realizar o estudo foi possível conhecer a realidade do programa SCFV ofertado a este público, entendendo a rotina local dos adolescentes assistidos. Essa realidade foi

evidenciada nas entrevistas, por meio dos profissionais dos CRAS, dos adolescentes e de seus familiares.

Em relação ao perfil dos adolescentes, foi constatado que ambos os sexos frequentavam os dispositivos, a maioria se encontrava assídua na escola e era oriunda de famílias referenciadas aos CRAS, presentes a mais de 5 anos nos dispositivos e, além disso, notou-se que a maioria residia com as suas respectivas genitoras sem a presença dos pais.

O planejamento organizacional dos SCFV buscava seguir a legislação do SUAS em todos os dispositivos. No entanto, percebeu-se que alguns pontos necessitavam de ajustes, pois, em relação ao planejamento das oficinas, os adolescentes relataram gostar do que era ofertado, mas mencionaram que não existiam assembleias com os usuários (adolescentes e familiares) para organização das oficinas. Através desta realidade confirmou-se uma das hipóteses da pesquisa que era identificar a existência de pouco investimento e participação dos adolescentes na formulação deste serviço.

Os profissionais afirmaram a hipótese do esvaziamento dos adolescentes nas atividades oferecidas pelos dispositivos, sendo que alguns CRAS contavam com 02 adolescentes, outro com 04 e outro com 01. Na visão destes profissionais, esse fato pode estar relacionado com a realidade local, principalmente com a necessidade da entrada no mercado de trabalho. Os adolescentes de 15 anos que frequentavam os CRAS, demonstravam o desejo de trabalhar para contribuir com as suas despesas e ajudar a família, sobretudo pelo fato de a maioria residir com as genitoras e estas serem as únicas provedoras da renda para sobrevivência familiar.

A violência nas comunidades também foi outro aspecto muito presente na fala dos entrevistados e que são reforçados pela comunidade, dificultando o convívio dos adolescentes nos grupos do SCFV.

Ao averiguar a percepção dos adolescentes e dos familiares em relação ao SCFV, principalmente no que se refere ao alcance dos projetos ofertados e os impactos em relação ao convívio familiar e comunitário, pode-se concluir que o SCFV impacta de modo positivo em suas relações. Os adolescentes definiram os CRAS como um local de acolhida, onde eles aprendem, se alimentam, fazem amizades, melhoram o convívio com a família e a comunidade. Na visão dos

adolescentes, o CRAS é o dispositivo público de maior acessibilidade, suporte e importância para as famílias.

Pode-se notar ainda, que os adolescentes enxergavam os CRAS como referência de apoio e sobrevivência, contribuindo para que as crianças não fiquem na rua enquanto os seus responsáveis estão trabalhando, além de ofertar alimentação adequada. Não foi identificado na fala dos adolescentes fatores relacionados a emancipação, sendo observada a entrada dos adolescentes de modo precoce no mercado de trabalho, por necessidade de sobrevivência e não como caminho construído por meio de reflexão e oportunidades.

Considera-se que esta pesquisa com os adolescentes inseridos no SCFV, contribuiu com reflexões acerca da realidade de um modelo de política pública desenvolvida para este público, identificando o alcance em termos dos objetivos propostos e da contribuição no bem-estar e na relação destes com a família e a comunidade que participa de tal política.

Acredita-se, ainda, que esse estudo possa contribuir no sentido de enriquecimento do acervo científico ampliando um âmbito de investigação que até o momento demonstra indícios de escassez, bem como espera-se alcançar os profissionais da referida política com o intuito de ampliar o debate sobre a temática proposta.

Como limitações, o estudo encontrou dificuldades na fase da coleta dos dados, pois, a maioria dos adolescentes e familiares não era assídua nas atividades dos CRAS e dificultava a realização das entrevistas, o que levou a expandir o estudo para outros CRAS na tentativa de encontrar mais participantes. Porém, foi mesmo necessário trabalhar com um número reduzido, contudo, o número possível a ser alcançado para este estudo.

Percebe-se a necessidade de repensar o trabalho ofertado nos grupos do SCFV, principalmente no sentido de inserir os adolescentes no planejamento das oficinas, para que estes tenham a oportunidade de construir espaços que vão além da sobrevivência, alcançando projetos emancipatórios e local de pertencimento e que as políticas sejam ainda um meio de fortalecer a comunidade no desafio das vulnerabilidades e contextos de violências locais.

Por fim, ao vivenciar essa experiência e ao ter oportunidade de construir diálogos com outros pesquisadores foi levantado questionamentos sobre esse

campo e que podem ser ricos no sentido de ampliar os estudos sobre as políticas sociais, de modo que esta pesquisa possa futuramente ser ampliada para o público de jovens que já foram assistidos no SCFV. Buscando assim entender o reflexo deste serviço na vida destes sujeitos, ou seja, como vivem atualmente os adolescentes que passaram pelo SCFV e que atualmente são jovens e estão inseridos em uma sociedade, aonde buscam sobreviver as diversidades da vida.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Diana Cavalcante Miranda; *et al.* Teoria Bioteconológica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças. **Research, Society and Development**, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo, SP: Edições 70 Brasil, [1977].

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. **Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda**. Brasília: Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador. 2023. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/publicacoes-2/boletins/boletins-da-secretaria-executiva-do-codefat/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Brasília: Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2023. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/caged-3/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: CRAS, 2015. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/08092017115907-18.scfv.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. **Tabulador do Cadastro Único**. [S. l]: CECAD 2.0, 2023. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 26 jul. 2023.

BRONFENBRENNER, Urie. Contexts of child rearing: Problems and prospects. **American psychologist**, v. 34, n. 10, p. 844, 1979.

CARVALHO, Diego Sousa de. State, youth and socio-educational system narratives: human rights, public health and social policies. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 3753-3764, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QFWBB5RJ8hfTJPL9P39gHdN/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 19 abr. 2023.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social & Sociedade**, p. 15-34, 2020.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**, 2009.

COUTO, B.R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo, SP: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas SA, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Departamento de população e indicadores sociais**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios>. Acesso em: 24 maio 2023.

LISBOA, Camila Pereira. Uma experiência de orientação profissional no contexto de políticas Públicas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 18, n. 1, p. 105-114, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v18n1/10.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

MDS. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Caderno de Orientações**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília, DF: MDS, 2016.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/. 1. ed. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 24 maio 2023.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. *In*: FÁVERO, Eunice Teresinha. **Famílias na cena contemporânea**: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização. 1. ed. Uberlândia, MG: Navegando, 2020, p.23-43. Disponível em: <https://j.pucsp.br/sites/default/files/12->

PEREIRA, Leite Barbara; HORST, Claudio Henrique Miranda. Familismo e juventude: notas sobre o trabalho com jovens na socioeducação. **Argum.**, p. 199-212, 2021.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, p. 649-673, 2010.

PHILBIN, M. M.; WURTZ, H. M.; MCCRIMMON, T.; KELLY, E.; HOMAN, P.; GUTA, A. How social policies shape the health and well-being of sexual- and gender-minority youth: Pathways of influence, social side effects and implications for life course trajectories. **Social Science & Medicine**, v. 317, 115624, 2023.

POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. *In*: NOVAIS, R; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2007. p.217-241.

RAPOSO, Otávio; ADERALDO, Guilherme. Public policies and artistic-cultural production among young people from the outskirts of Lisbon and São Paulo. **OpenEdition Journals**, v. 32, n. 1, p. 109-132, 2019.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2004.

RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, N. M. F.; CRUZ, L. R. **A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social**. Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social, p. 11-22, 2013.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 1997. p. 301-301.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. *In*: Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1. **Anais [...]**. 2006.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 17, n. 2, 2009.

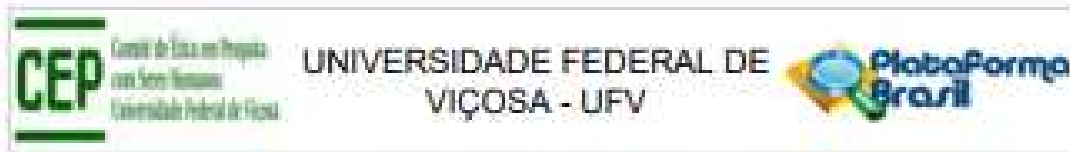
SILVA, Eralyne Beatriz Félix de Lima; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; COSTA, Cibele Soares da Silva. Youth trajectories for social policies: ensuring or violating rights? **Psicologia USP**, 2020

SNAS. **Caderno de orientações**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. 2016.

VAN MAANEN, John. Reclaiming qualitative methods for organizational research: A preface. **Administrative Science quarterly**, v. 24, n. 4, p. 520-526, 1979.

VERISSIMO, Ramiro. **Desenvolvimento psicossocial (Erik Erikson)**. 2002.
XAVIER, A.S. et al. **Psicologia do Desenvolvimento**. 4. ed. rev. e ampl. Fortaleza, CE: Educe, 2015.

ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos na vida dos adolescentes de Muriaé-MG

Pesquisador: Márcia Bantoso Fortes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75687423.8.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Economia Doméstica

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.734.812

Apresentação do Projeto:

A proposta de pesquisa visa se debruçar sobre o funcionamento da Política de Assistência Social, com especial destaque para os adolescentes que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Muriaé-MG.

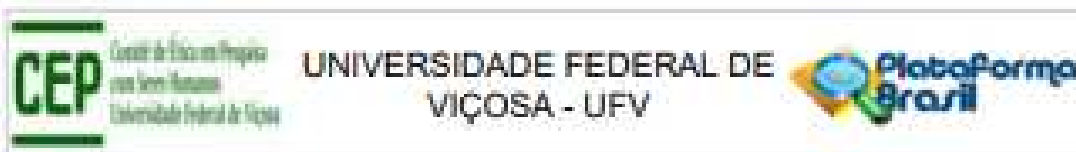
Objetivo da Pesquisa:

GERAL: Analisar os trabalhos desenvolvidos nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV ofertado no CRAS 4 Santa Terezinha em Muriaé-MG, examinando seu impacto no convívio familiar e comunitário dos adolescentes de 15 a 17 anos. **ESPECÍFICOS:** 1) Identificar o perfil dos adolescentes atendidos no SCFV; 2) Verificar o planejamento organizacional estabelecido no SCFV enquanto práticas de trabalho com os adolescentes atendidos, identificando os motivos dos esvaziamentos; 2) Avenirar a percepção dos adolescentes e familiares atendidos no SCFV acerca do alcance dos projetos ali desenvolvidos considerando os objetivos propostos e suas implicações que visam fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios para a realização da pesquisa foram devidamente apresentados conforme as orientações e exigências deste comitê.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida Phil Ruffino s/n, Edifício Arthur Bernardes	
Bairro: Campus Universitário	CEP: 36.570-977
UF: MG	Município: VIÇOSA
Telefone: (31)3612-2010	E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.734.812

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As adequações solicitadas no primeiro parecer com as orientações deste comitê foram devidamente atendidas e ajustadas no projeto.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram ajustados e agora atendem as normas e exigências deste comitê.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. Contudo, é primordial que a pesquisadora ajuste o cronograma de execução da pesquisa conforme as orientações deste comitê, evidenciando o comprometimento da mesma com o início da execução apenas após a aprovação do projeto por este comitê, na presente data de 26 de março de 2024.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consultor/relatório de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES BASICAS DO PROJETO 2247534.pdf	20/02/2024 19:44:13		Aceito
Doutos	CARTA_RESPOSTA.pdf	20/02/2024 19:43:04	Márcia Barroso Fontes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RESPONSAVEL_LEGAL.pdf	20/02/2024 19:39:41	Márcia Barroso Fontes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO_modificado.pdf	20/02/2024 19:39:29	Márcia Barroso Fontes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_modificado.pdf	20/02/2024 19:38:01	Márcia Barroso Fontes	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.576-977
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31) 3612-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.734.872

Ausência	TCLE_modificado.pdf	20/02/2024 09:38:01	Márcia Barroso Fontes	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ASSINADA.pdf	17/11/2023 20:39:58	Márcia Barroso Fontes	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_FAMILIA.pdf	17/11/2023 09:28:06	Márcia Barroso Fontes	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_EQUIPE_TECNICA.pdf	17/11/2023 09:27:49	Márcia Barroso Fontes	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_ADOLESCENTES.pdf	17/11/2023 09:26:02	Márcia Barroso Fontes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO.pdf	17/11/2023 09:25:17	Márcia Barroso Fontes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/11/2023 09:25:10	Márcia Barroso Fontes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	17/11/2023 09:24:54	Márcia Barroso Fontes	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	17/11/2023 09:24:37	Márcia Barroso Fontes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 01 de Abril de 2024

Assinado por:
Guilherme de Azambuja Pussieldi
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 35.570-917
 UF: MG Município: VICOSA
 Telefone: (31) 3512-2216 E-mail: cep@ufv.br

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA A EQUIPE TÉCNICA

Data da aplicação da entrevista (___/___/___)

Número da entrevista (___)

Início: __:___ Término: __:___ Duração da aplicação: _____

DADOS DO ENTREVISTADO (A)

Nome fictício do entrevistado (a):

Data de Nascimento: ___/___/___

Idade: ___ anos

Gênero: () Feminino () Masculino

1 - Qual a sua formação e função no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

2 - Como se dá a participação dos adolescentes no SCFV? É realizada Busca-Ativa?

3 - Os temas trabalhados nos encontros do SCFV são escolhidos pelo o grupo ou pela equipe responsável pelo serviço? Comente.

4 - Como você avalia o perfil dos adolescentes que participam do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

5 - Como é desenvolvida as atividades com o grupo de adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

6 - Quais são os principais resultados obtidos com os adolescentes por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

7 - Quais são os maiores desafios encontrados para a execução do serviço e junto aos adolescentes?

8 - Como você avalia o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos frente ao fortalecimento de vínculos dos adolescentes com suas respectivas famílias e com a comunidade? Comente.

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA OS ADOLESCENTES

Data da aplicação da entrevista (___/___/___)

Número da entrevista (_ _)

Início: ___:___ Término: ___:___ Duração da aplicação: _____

DADOS DO ENTREVISTADO (A)

Nome fictício do entrevistado (a):

Data de Nascimento: ___/___/___

Idade: ___ anos

Gênero: () Feminino () Masculino

1 - Qual a sua cor/raça?

- () Branca
- () Preta
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena

2 - Status Civil:

- () Solteiro(a)
- () Casado (a)
- () Separado (a)
- () Viúvo (a)
- () Outro. Qual? _____

3 - Qual é o seu grau de escolaridade?

- () Sem Formação Escolar
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Outro. Qual? _____

4 - Composição familiar (residentes no domicílio):

	Sexo (F/M)	Grau de parentesco	Idade (anos)	Grau de escolaridade
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				

08				
09				
10				

5 - Há quanto tempo frequenta o CRAS do município de Muriaé-MG?

- () Menos de um ano
 () Entre um a cinco anos
 () Entre cinco a dez anos
 () Mais de dez anos

6 - Há quanto tempo participa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Muriaé-MG?

- () Menos de um ano
 () Entre um a cinco anos
 () Entre cinco a dez anos
 () Mais de dez anos

7 - Você conhece os objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

- () Sim
 () Mais ou menos
 () Não

8 - Quais motivos levaram você a frequentar o CRAS e o SCFV? Discorra sobre sua inserção e sobre a motivação para participar do grupo.

9 - O que você mais gosta de fazer no SCFV?

10 – Qual sua opinião sobre o SCFV? Quais são os pontos positivos e negativos do grupo?

11- Como é para você frequentar esse grupo? Você acha que esses encontros contribuem de modo positivo em sua rotina? Dê exemplos.

12 – Conte sobre a sua trajetória no SCFV.

13 – Quais mudanças você identificou na sua vida após frequentar o grupo do SCFV?

14- Como você acredita que o SCFV pode contribuir para sua vida pessoal e familiar?

15 - Como é o seu contato com os demais integrantes do grupo? Você percebe que contribui na relação social?

16 - Os temas trabalhados nos encontros do SCFV são escolhidos pelo o grupo ou pela equipe responsável pelo serviço? Quais assuntos você mais gosta?

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA A FAMÍLIA

Data da aplicação da entrevista (___/___/___)

Número da entrevista (___)

Início: __:___ Término: __:___ Duração da aplicação: _____

DADOS DO ENTREVISTADO (A)

Nome fictício do entrevistado (a):

Data de Nascimento: ___/___/___

Idade: ___ anos

Gênero: () Feminino () Masculino

Grau de parentesco:

1 - Qual a sua cor/raça?

- () Branca
- () Preta
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena

2 - Status Civil:

- () Solteiro(a)
- () Casado (a)
- () Separado (a)
- () Viúvo (a)
- () Outro. Qual? _____

3 - Qual é o seu grau de escolaridade?

- () Sem Formação Escolar
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Outro. Qual? _____

4 - Há quanto tempo seu /sua filho (a) frequenta o CRAS do município de Muriaé-MG?

- () Menos de um ano

- () Entre um a cinco anos
- () Entre cinco a dez anos
- () Mais de dez anos

5 - Há quanto tempo seu /sua filho (a) participa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Muriaé-MG?

- () Menos de um ano
- () Entre um a cinco anos
- () Entre cinco a dez anos
- () Mais de dez anos

6 - Como foi a inserção do seu /sua filho (a) no Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos?

Participação espontânea () Encaminhamento () Busca-ativa ()

7- Você sabe quais atividades o seu/sua filho (a) frequenta no SCFV? Comente.

8 - O que motivou a participação de seu/sua filho (a) nos grupos do SCFV? Comente.

9 - Como você avalia a participação do seu/sua filho (a) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

10 - Houve mudanças no convívio familiar, após a participação do seu/sua filho (a) no grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos? Se sim, quais?

11 - Como você avalia o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos frente ao fortalecimento de vínculos dos adolescentes com suas respectivas famílias e com a comunidade? Comente

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos na vida dos adolescentes de Muriaé-MG”**. Nesta pesquisa pretendemos compreender o trabalho ofertado pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), averiguando o impacto na trajetória de vida dos beneficiados jovens a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Muriaé/MG. Este estudo se justifica pela compreensão da relevância social do tema e pelo propósito de contribuir, não só para a reflexão no meio científico, mas também para se repensar as políticas públicas para os jovens que frequentam estes espaços e a discussão dos impactos destes lugares no cotidiano destes sujeitos. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos:

Respostas ao questionário proposto que será realizado na sede do Centro de Referência de assistência Social (CRAS) no Município de Muriaé-MG. O horário será previamente agendado de acordo com a sua disponibilidade no momento, sendo gravada diante de sua autorização e com as informações anotadas pela pesquisadora e lidas para que verifique a veracidade das anotações. A aplicação do questionário terá duração de aproximadamente 30 minutos. A participação do (a) Sr (a) será de forma anônima para que possamos preservar sua identidade, não sendo divulgados dados pessoais ou qualquer outro tipo de informação sem o seu consentimento prévio, não haverá a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental. Os riscos envolvidos na pesquisa estão relacionados ao desconforto e a inibição em prestar as informações solicitadas, e que nesse caso, o (a) Senhor (a) poderá se negar a dar qualquer tipo de informação que o (a) constranja ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo. Durante a pesquisa o (a) Sr. (a) terá toda liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado à pesquisa. Os benefícios esperados com essa pesquisa consistem nas oportunidades de expressar sentimentos e vivências, bem como de refletir o impacto na trajetória de vida dos beneficiados a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Muriaé/MG. Ainda dentro dos benefícios, a pesquisa contribuirá para a reflexão do (SCFV) na rotina dos jovens e da sociedade, bem como no meio acadêmico científico, podendo auxiliar a comunidade em reformulação de políticas públicas para se repensar esses modelos de políticas públicas para os jovens que frequentam estes espaços e a discussão dos impactos destes lugares no cotidiano destes sujeitos e em seu convívio social.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma

publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro de Referência de Assistência social (CRAS) de Muriaé-Mg e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos na vida dos adolescentes de Muriaé-MG**”. De maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador responsável: Alessandra Teixeira De Paiva
Endereço: Rua Reverendo João Ramos nº 35 Apt. 301 Centro Muriaé/Mg.
Telefone: 32 98808 1268
E-mail: alessandratpaiva@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 Universidade Federal de Viçosa
 Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
 Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
 Cep: 36570-900 Viçosa/MG
 Telefone: (31)3612-2316
 Email: cep@ufv.br
www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos na vida dos adolescentes de Muriaé-MG”**. Nesta pesquisa pretendemos compreender o trabalho ofertado pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), averiguando o impacto na trajetória de vida dos beneficiados jovens a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Muriaé/MG. Este estudo se justifica pela compreensão da relevância social do tema e pelo propósito de contribuir, não só para a reflexão no meio científico, mas também para se repensar as políticas públicas para os jovens que frequentam estes espaços e a discussão dos impactos destes lugares no cotidiano destes sujeitos. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos:

Respostas ao questionário proposto que será realizado na sede do Centro de Referência de assistência Social (CRAS) no Município de Muriaé-MG. O horário será previamente agendado de acordo com a sua disponibilidade no momento, sendo gravada diante de sua autorização e com as informações anotadas pela pesquisadora e lidas para que verifique a veracidade das anotações. A aplicação do questionário terá duração de aproximadamente 30 minutos. A participação na pesquisa será de forma anônima para que possamos preservar sua identidade, não sendo divulgados dados pessoais ou qualquer outro tipo de informação sem o seu consentimento prévio, não haverá a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental. Os riscos envolvidos na pesquisa estão relacionados ao desconforto e a inibição em prestar as informações solicitadas, e que nesse caso, você poderá se negar a dar qualquer tipo de informação que o (a) constranja ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo. Durante a pesquisa você terá toda liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado à pesquisa. Os benefícios esperados com essa pesquisa consistem nas oportunidades de expressar sentimentos e vivências, bem como de refletir o impacto na trajetória de vida dos beneficiados a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Muriaé/MG. Ainda dentro dos benefícios, a pesquisa contribuirá para a reflexão do (SCFV) na rotina dos jovens e da sociedade, bem como no meio acadêmico científico, podendo auxiliar a comunidade em reformulação de políticas públicas para se repensar esses modelos de políticas públicas para os jovens que frequentam estes espaços e a discussão dos impactos destes lugares no cotidiano destes sujeitos e em seu convívio social.

Para participar deste estudo, seu responsável legal deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Você tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou seu responsável legal de retirar o consentimento ou interromper sua participação, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você é atendido(a) pelo pesquisador.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Você

não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a permissão de seu responsável legal.

Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro de Referência de Assistência social (CRAS) de Muriaé-Mg e a outra será fornecida a você.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 05 (cinco) anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa "**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos na vida dos adolescentes de Muriaé-MG**". De maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e o meu responsável legal poderá modificar sua decisão sobre minha participação se assim o desejar. Já assinado o termo de consentimento por meu responsável legal, declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador responsável: Alessandra Teixeira De Paiva
Endereço: Rua Reverendo João Ramos nº 35 Apt. 301 Centro Muriaé/Mg.
Telefone: 32 98808 1268
E-mail: alessandratpaiva@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
 Universidade Federal de Viçosa
 Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
 Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
 Cep: 36570-900 Viçosa/MG
 Telefone: (31)3612-2316
 Email: cep@ufv.br
 www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) participante _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos na vida dos adolescentes de Muriaé-MG**”. Nesta pesquisa pretendemos compreender o trabalho ofertado pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), averiguando o impacto na trajetória de vida dos beneficiados jovens a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Muriaé/MG. Este estudo se justifica pela compreensão da relevância social do tema e pelo propósito de contribuir, não só para a reflexão no meio científico, mas também para se repensar as políticas públicas para os jovens que frequentam estes espaços e a discussão dos impactos destes lugares no cotidiano destes sujeitos. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Respostas ao questionário proposto que será realizado na sede do Centro de Referência de assistência Social (CRAS) no Município de Muriaé-MG. O horário será previamente agendado de acordo com a sua disponibilidade no momento, sendo gravada diante de sua autorização e com as informações anotadas pela pesquisadora e lidas para que verifique a veracidade das anotações. A aplicação do questionário terá duração de aproximadamente 30 minutos. A participação do entrevistado será de forma anônima para que possamos preservar sua identidade, não sendo divulgados dados pessoais ou qualquer outro tipo de informação sem o seu consentimento prévio, não haverá a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental. Os riscos envolvidos na pesquisa estão relacionados ao desconforto e a inibição em prestar as informações solicitadas, e que nesse caso, o participante poderá se negar a dar qualquer tipo de informação que o (a) constranja ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo. Durante a pesquisa o participante terá toda liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado à pesquisa. Os benefícios esperados com essa pesquisa consistem nas oportunidades de expressar sentimentos e vivências, bem como de refletir o impacto na trajetória de vida dos beneficiados a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Muriaé/MG. Ainda dentro dos benefícios, a pesquisa contribuirá para a reflexão do (SCFV) na rotina dos jovens e da sociedade, bem como no meio acadêmico científico, podendo auxiliar a comunidade em reformulação de políticas públicas para se repensar esses modelos de políticas públicas para os jovens que frequentam estes espaços e a discussão dos impactos destes lugares no cotidiano destes sujeitos e em seu convívio social.

Para participar deste estudo, o voluntário sob sua responsabilidade, não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, ele tem assegurado o direito à indenização. O(A) participante tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou o(a) Sr.(a) de retirar seu consentimento e interromper a participação do voluntário sob sua responsabilidade, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A participação dele(a) é voluntária e a

recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição e do participante quando finalizada. O(A) participante não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. O nome ou o material que indique a participação do voluntário não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro de Referência de Assistência social (CRAS) de Muriaé-Mg e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a identidade do participante com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, responsável pelo participante _____, autorizo sua participação e declaro que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: o alcance de seus objetivos na vida dos adolescentes de Muriaé-MG**”. De maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador responsável: Alessandra Teixeira De Paiva

Endereço: Rua Reverendo João Ramos nº 35 Apt. 301 Centro Muriaé/Mg.

Telefone: 32 98808 1268

E-mail: alessandratpaiva@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador